

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Maria Sylvia Zanella Di Pietro (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 4min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Sylvia Zanella Di Pietro
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Clarissa Piterman Gross; Muriel Soares; Rafael Mafei Rabelo Queiroz;

Levantamento de dados: Alynne Nayara Ferreira Nunes; Clarissa Piterman Gross; Muriel Soares;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Muriel Soares; Rafael Mafei;

Técnico de gravação: Ignorado;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 26/11/2012

Duração: 2h 4min

Arquivo digital - áudio: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getulio Vargas. O projeto tem como objetivo a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Atividade acadêmica; Atividade profissional; Bens públicos; Congressos e conferências; Cooperação acadêmica; Decretos; Direito; Ensino secundário; Ensino superior; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Família; Formação escolar; Golpe de 1964; Letras; Liberdade de expressão; Magistério; Magistratura; Miguel Reale; Ministério Público Estadual; Música; Obras de referência; Obras literárias; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Pós - graduação; Projetos de lei; Reforma administrativa; Religião; São Paulo; Supremo Tribunal Federal; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 26.11.2012

Origens familiares; a ida à Poá, município na região metropolitana de São Paulo; o trabalho do pai como representante comercial; o trabalho da mãe como professora primária; a relação com o tio materno; comentários sobre a formação educacional na família; o ambiente familiar; comentários sobre as leituras feitas na juventude; a mudança para São Paulo; a relação com a religião; comentários sobre a ausência de referências próximas no direito e na política; os anos de estudo em São Paulo; os estudos no Instituto de Educação Domingos Faustino Sarmiento; a mudança para a Vila Mariana e os estudos no Instituto de Educação Alberto Conti; o cursinho preparatório para o vestibular, Castelões, em 1961; a experiência docente e a decisão de fazer faculdade; a ideia inicial de cursar Letras; o vestibular em Letras e Direito; a entrada na faculdade; a decepção com o curso de Letras e a decisão pelo Direito; o interesse pela música; o acaso na escolha pelo Direito; o interesse da entrevistada pelas línguas; a vida como estudante na Universidade de São Paulo, no período do golpe civil-militar de 1964; comentários sobre amizades e colegas de faculdade; comentários sobre a presença feminina na Faculdade de Direito da USP; a relação com as professoras e professores; a importância dos professores José Ignácio Botelho de Mesquita e Tomás Pará Filho; comentários sobre os professores Silvio Rodrigues e Miguel Reale; as obras marcantes durante a faculdade; comentários sobre a matéria de direito administrativo; comentários sobre os desejos profissionais durante a graduação; a escolha pela Procuradoria do Estado ao fim da graduação; comentários sobre a discriminação sofrida pelas mulheres nos concursos para a magistratura e para o Ministério Público; comentários sobre o machismo no ambiente profissional do Direito, sobretudo na magistratura; o trabalho da entrevistada na Procuradoria do Estado; o primeiro cargo na Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda; comentários sobre a maior atuação na área consultiva, dentro da Procuradoria; o início da carreira acadêmica, com o ingresso no mestrado da USP, em 1970; o trabalho na Assessoria Técnico-Legislativa; o trabalho como assessora jurídica na Assessoria Jurídica do Governo; comentários sobre o Decreto-Lei 200; a escolha da entrevistada em estudar direito administrativo no mestrado; a servidão administrativa como tema da dissertação de mestrado; comentários sobre o mestrado, os colegas de turma e os

professores na Universidade de São Paulo; a apresentação da dissertação de mestrado; a preparação para a banca de mestrado; a publicação do primeiro livro, resultado da dissertação do mestrado; a recepção pública ao primeiro livro; a importância de Álvaro Malheiros na publicação do livro pela Editora Revista dos Tribunais; o ingresso no doutorado, em 1977; comentários sobre os anos de doutorado; o início da docência; a defesa da tese de doutorado em 1982; a tese de doutorado, de título: Uso privativo de bem público pelo particular, também publicada pela Editora Revista dos Tribunais; a escolha do tema relativo a bens públicos; comentários sobre a banca de doutorado; a relação entre a carreira acadêmica e a carreira dentro da Procuradoria; a experiência docente em cursinho preparatório para carreiras públicas; comentários sobre a livre-docência, em 1988; a importância do professor José Cretella Junior; comentários sobre o tema da tese de livre-docência; a banca de livre-docência e a recepção ao trabalho; o ingresso como professora concursada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; comentários sobre o livro Do direito privado na administração pública, de autoria da entrevistada, publicado pela Editora Atlas; a recepção pública do livro Do direito privado na administração pública; comentários sobre o livro Direito administrativo, de autoria da entrevistada; a recepção ao livro Direito administrativo; a relação entre a atuação profissional como procuradora e a liberdade de pensamento; o concurso para professora titular, em 1991, com a tese Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988; comentários sobre a passagem pela Assessoria Jurídica do Governo, entre 1987 e 1991; a escolha dos temas ministrados pela entrevistada na pós-graduação; a consolidação acadêmica e profissional; comentários sobre o concurso para professora titular da USP; o trabalho na Consultoria Jurídica da USP, hoje Procuradoria-Geral da USP; comentários sobre os convites para palestras e congressos; o trabalho de consultoria; comentários sobre as mudanças pelas quais a Universidade passou; a visão da entrevistada sobre a pesquisa em Direito atualmente; o intercâmbio acadêmico; comentários sobre o livro Parcerias na administração pública: concessão, permissão e franquia, de autoria da entrevistada; o trabalho em comissões de elaboração de lei; a elaboração da Lei Orgânica da Procuradoria, em parceria com Maria da Glória; as participações na elaboração do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público e da Lei de Processo Administrativo Federal; comentários sobre a participação na comissão de juristas para a elaboração de um anteprojeto de reforma administrativa, em substituição ao Decreto-

Lei 200; comentários sobre uma possível nomeação para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2000; o direito administrativo atualmente; comentários sobre as mudanças no direito administrativo; a relação entre a docência e o trabalho prático fora da academia; comentários sobre a superação pessoal da timidez; comentários sobre o que é ser uma jurista.

Entrevista: 26/11/2012

Muriel Soares – São Paulo, 26 de novembro de 2012, primeira entrevista com a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro a cargo dos pesquisadores Rafael Mafei, Muriel Soares e Clarissa Piterman Gross para o projeto História Oral do Campo Jurídico em São Paulo desenvolvido pelo CPDOC e pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Então, professora Maria Sylvia, primeiro, muito obrigada por nos receber e nos conceder essa entrevista. Para começarmos, nós gostaríamos que a senhora nos falasse um pouco da sua infância em Poá, da sua biografia e das suas origens familiares.

Maria di Pietro – Bom, eu sou neta de italiano por parte de pai, mas todos os outros meus avós são brasileiros de muitas gerações. A família da minha mãe é Moura, eu suponho que seja de origem portuguesa, mas assim a perder de vista, assim, uma coisa muito antiga. E nós fomos morar em Poá porque a minha mãe era professora, professora primária, e ela, quando casou, dava aula no interior e quis vir para um lugar mais próximo de São Paulo, porque o meu pai trabalhava aqui. Então, ela entrou num concurso de remoção de professor e foi removida para Poá, com a ideia de ficar um ou dois anos lá, mas acabamos ficando... acho que uns 12 ou 13 anos. Quando nós viemos para São Paulo, acho que eu já tinha... Talvez mais até. Acho que eu já tinha uns 14 anos.

Rafael Queiroz – Qual era a profissão do seu pai?

M.P. – Meu pai trabalhava com vendas. Ele era representante comercial. Não tinha quase instrução nenhuma – assim, de escola –, ele não era muito amigo de escola, embora ele fosse uma pessoa muito... que gostasse de ler. Ele lia muito, ele tinha *muitos* livros, gostava de livros históricos, inclusive, e ele era um músico nato: ele tocava... Mas ele não sabia... Ele não lia música, não lia partitura nenhuma. Ele tocava de ouvido. Ele tocava piano, acordeom, violão, cantava bem. E ele era muito engraçado. Ele era uma pessoa que sabia contar caso, que era um grande contador de piada. Quando ele viajava muito, ficava 30 a 40 dias fora de casa às vezes, viajando por esse Brasil afora, a serviço, e quando ele voltava, sentava todo mundo à volta dele e ele contando os casos, e ele enfeitava, com muito espírito, e as filhas todas em volta dele e a minha mãe e às vezes o meu tio, que morou um período conosco. E ele era uma pessoa muito comunicativa, muito alegre, não é?

R.Q. – Na família da senhora, além da senhora, quantas irmãs, ou irmãos?

M.P. – Tenho três irmãs. Temos só mulheres na família.

R.Q. – São quatro, no total?

M.P. – Quatro mulheres. Eu sou a segunda.

M.S. – E a mãe de vocês chegou a ser professora de vocês na escola, não é?

M.P. – Foi. Eu fui aluna da minha mãe do segundo ao quarto ano do grupo escolar, eu e a minha irmã mais velha. E ela era muito rigorosa e não deixava a gente passar com nota 100, porque... Ela abaixava a nossa nota, porque diz que senão iam dizer que nós tiramos nota boa porque éramos filhas da professora. E houve até um episódio queo diretor da escola foi ajudá-la um dia a fazer a prova de leitura e ele queria dar cem e ela não deixou. “Mas elas foram bem, pode dar”. “Não, não vai dar nota cem”. E a gente sempre cobrava dela, não é? Que foi uma injustiça o que ela fez. E, olha, acho que teria... E ela tinha razão, porque a terceira irmã, que não foi aluna da minha mãe, foi aluna de uma outra professora, e passou em primeiro lugar e, ainda assim, disseram que ela era protegida, porque era filha de professora. E a professora dela ficou, assim, tão magoada que formou uma junta lá de vários professores da escola para examinarem a prova dela, para demonstrar que, realmente, ela tinha tido nota boa porque tinha ido bem, realmente.

R.Q. – Na sua família mais direta, irmãos da sua mãe, irmãos e irmãs da sua mãe, irmãos e irmãs do seu pai, a senhora convivia bastante com eles? Ou convivia menos, porque morava em Poá? Como é que era o convívio com a família mais ampliada, avós...?

M.P. – A minha avó materna morou conosco até morrer. Ela era de São Manuel, mas foi morar conosco. Quando eu nasci, ela já morava lá. E um irmão da minha mãe, que era o irmão caçula, morou na nossa casa até casar. Ele casou com uma moça de Poá, também. Então, ele morava a dois quarteirões da nossa casa. Nós morávamos numa chácara, lá. Era um fim de rua, era a última casa da rua, praticamente, e ele morava perto. E a nossa proximidade com ele sempre foi muito grande. Ele gostava de estudar com a gente. E, naquela época, tinha latim e ele estudava latim comigo, e quando nós mudamos para São Paulo, eles ainda ficaram lá um tempo e vieram depois, e às vezes ele passava na casa da minha mãe para almoçar e aproveitava e estudava um pouquinho

comigo, também. A ligação com ele era muito grande. Mas com outros tios também. Só que os outros moravam mais longe. Da família do meu pai, eles moravam aqui em São Paulo, e o meu avô com as minhas duas tias que eram solteiras iam a cada 15 dias à Poá, iam lá nos ver. Porque tinha o outro irmão do meu pai, então, num domingo eles iam à nossa casa e no outro domingo iam à casa do outro filho.

R.Q. – Qual era a profissão desse irmão do seu pai de quem a senhora...?

M.P. – Ele era taquígrafo da Câmara Municipal. Ele era muito estudioso. Ele era um autodidata. Era uma pessoa que escrevia maravilhosamente. Inclusive, às vezes ele escrevia discursos para os vereadores. E ele teve um problema de pulmão, de tuberculose, na época que ele ia fazer faculdade, e daí teve que parar de estudar, e ficava em casa, e daí ele aprendeu taquígrafia. E estudou sozinho. Ele era um autodidata, mesmo, não?

R.Q. – Qual era o curso superior que ele havia iniciado?

M.P. – Eu não sei. Eu acho que ele ia fazer letras, se não me engano.

R.Q. – A senhora ou a geração das suas irmãs e, eventualmente, da suas primas foi a primeira geração da família a ter pessoas formadas no curso superior? Ou antes já tinha?

M.P. – Não. Acho que foi a primeira. Porque, na família da minha mãe, a maior parte fez curso normal – naquela época, era chamado curso normal, depois passou a chamar magistério –, porque o sonho dos meus avós era que os filhos fossem professores. E, naquela época, ser professor era uma...era o ideal, não é? E lá em Poá, como era uma cidade pequena, a minha mãe era muito conhecida e meu pai caçoava que ele era o marido da professora e nós éramos as filhas da professora. Ela organizava muitas festas na escola lá, ensinava a criançada a dançar e a recitar. E nós participávamos de todas as festas lá, não é? Ela era muito conhecida na cidade.

R.Q. – Pelo que a senhora descreve tanto do seu pai quanto do seu tio, assim como também da sua mãe, parece que a senhora tinha uma convivência familiar que, embora não houvesse pessoas com formação superior, era, não obstante, um ambiente muito qualificado, talvez até erudito, nesse sentido de uma formação intelectual distintiva. A senhora confirma isso?

M.P. – Eu acho assim: a minha mãe, como ela era professora, ela sempre acompanhou muito os nossos estudos. Se alguém começasse a não ir muito bem numa matéria, ela já arrumava um professor particular. E nós todas, as quatro, puxaram o amor pelos livros, não é? Porque tanto o meu pai lia muito como a minha mãe. Então, todas lá em casa gostavam de ler, ler romances principalmente, e eu acho que... sei lá, acho que é um pouco de... é da família. Agora, o meu pai dizia que tudo que nós somos nós devíamos à minha mãe. Porque como ele viajava muito, ele era o grande ausente, ele falava isso, que ele reconhecia que a nossa educação se devia mais a ela, não é?

R.Q. – A senhora mencionou que gostava muito de ler. A senhora tem algum livro que tenha especialmente marcado a sua juventude, a sua adolescência, ou um autor?

M.P. – O meu pai, os livros que ele tinha... Ele tinha livros do Rafael Sabatini – acho que ele tinha a coleção inteira, aqueles livros... e tinha muito livro policial. E esses romances água com açúcar, a gente lia também, não é? Dizer algum específico, eu não saberia dizer. Saber, sim, dizer um romancinho que eu li quando adolescente: li um livro que chamava *Nina Rosa*, por exemplo. Tinha aqueles livros da M. Delly, que eram bem água com açúcar mesmo, eu acho que foram as primeiras leituras que eu comecei a fazer, eu me lembro, assim, bem, mas algum específico que tenha marcado muito, não.

M.S. – E você comentou numa entrevista que a sua mãe quis se mudar para São Paulo para ter melhores escolas para vocês.

M.P. – É. Porque enquanto nós estávamos fazendo o ginásio, estava bem lá. Só que lá só tinha escola até o ginásio. Acima, já não tinha. Ginásio é o que seria hoje... Nem sei. Seria os quatro... Eu não sei como é que se chama hoje.

M.S. – Ensino médio?

M.P. – É ensino médio, não é?

M.S. – Acho que sim.

M.P. – Mas, hoje, o ensino médio pega até aquilo que, naquela época, seria o curso científico e o clássico. Hoje, você fala em ensino médio, acho que pega tudo, não é?

R.Q. – Vai até o fim.

M.P. – E nós teríamos até o quarto ano do ginásio lá, mas depois já não teríamos mais. Então, ela tratou de vir para São Paulo.

M.S. – E você fala, em algumas entrevistas, com muito carinho da sua infância em Poá, da liberdade. E como foi vir para São Paulo, que já era uma cidade grande?

M.P. – Eu acho que foi, de certa forma, um choque. Porque em Poá, além de nós morarmos numa chácara, não tinha perigo nenhum, a gente andava muito de bicicleta, e eu chegava a ir de bicicleta para a escola. E, de repente, mudamos para São Paulo, morar num apartamento, num bairro que não era dos melhores, porque nós fomos morar no Brás, porque meu avô, como bom italiano, morava no Brás. Então, foi realmente uma mudança, assim, bem grande.

R.Q. – Antes de a gente desenvolver a trajetória da senhora em São Paulo, a senhora mencionou, numa outra entrevista, que a senhora se considera uma pessoa religiosa. A senhora teve formação religiosa de família? A religião era uma parte importante dos valores da família da senhora?

M.P. – Bom, a família da minha mãe é toda católica, não é? E a minha mãe sempre foi de frequentar a missa. Ela ia à missa todos os domingos e levava as quatro filhas junto, não é? E ela inclusive ajudava a ensaiar o coral lá na igreja, ela cantava, e a missa das crianças, ela que tomava conta ali das crianças. E nós acompanhamos. Agora, eu continuei até hoje frequentando a missa todos os domingos. Mas eu sou a única das quatro irmãs que ainda vai, que manteve esse hábito, essa... Para mim é importante.

R.Q. – A senhora, quando criança ou quando adolescente, tinha convívio com profissionais do direito, seja na família, seja amigos da família, pessoas da cidade?

M.P. – Não, nenhum. Lá em Poá, praticamente nenhum contato, não é? E na minha família, naquela época, quando eu era criança, eu só tinha um primo, mas já mais velho um pouco, que era formado em direito. E ele era advogado do Estado, mas numa época mais antiga, quando não

havia ainda a carreira organizada, não é? Mas ele morava em São Paulo. A gente encontrava com ele apenas eventualmente, em alguma festa ou alguma coisa assim. O contato com ele não era muito grande.

R.Q. – Na família da senhora ou pessoas próximas à família, havia alguma atuação política, alguém que se envolvesse em política municipal ou política partidária?

M.P. – Não. Nunca... Eu tive um tio que morava no interior, em São Manuel, que se candidatou uma vez a vereador. Ele teve... eu acho que nem meia dúzia de votos. Acho que era honesto demais. Ele teve o voto dele, da mulher e da filha, talvez. Ele não mais...Ninguém na minha família tem essa vocação política. Eu sou completamente apolítica. Não tenho nenhuma simpatia. E esse meu primo que eu falei que foi advogado, também, ele uma vez falou para mim: “Por que você não se candidata a vereadora?”. A minha reação foi tão, assim, espontânea – eu falei “Deus me livre!” – que ele até deu uma gargalhada. Porque eu realmente não... Se há coisa que não me atrai e jamais me atraiu é política.

R.Q. – Quando a senhora veio para São Paulo, a senhora disse que já tinha por volta de 13 ou 14 anos, onde é que a senhora foi estudar? Como é que foi o seu processo de integração aqui em São Paulo, para além da família? Amigos, ambiente de escola...

M.P. – Bom, eu sempre estudei em escola pública, não é? Naquela época, as escolas públicas eram até disputadas, porque eram melhores. E quando nós viemos para São Paulo, eu estava no terceiro ano do ginásio, eu fui para o Instituto de Educação Domingos Faustino Sarmiento, que era ali no Brás, e terminei o ginásio lá, e depois, quando nós mudamos para a Vila Mariana, nós passamos a estudar num Instituto de Educação em Santo Amaro, o Instituto de Educação Alberto Conte, onde eu fiz o curso normal. Eu e a minha irmã mais velha fizemos lá.

M.S. – Na verdade, você queria ter feito não o...

M.P. – Eu queria ter feito... Naquela época, havia o clássico e o científico, além do curso normal, e eu queria ter feito o clássico, porque eu queria estudar línguas, mas a minha mãe achou que não, que todas tinham que fazer o curso normal, “porque o clássico não te dá uma profissão propriamente dita, não é? E fazendo o curso normal, vocês vão poder... vocês já vão ter um diploma de professora, vocês vão poder dar aula, você vai poder fazer o seu enxoval”, e daí eu

fui fazer o curso normal, meio contrariada. Tanto que quando eu fui fazer faculdade, que daí tinha que fazer prova de línguas, eu tive que fazer um ano de cursinho. Eu nem tentei o vestibular direto, porque eu não tinha... Principalmente latim, não é? Que não tive. Eu tive que estudar um ano, para poder prestar o vestibular.

R.Q. – Só para nós nos situarmos no tempo, esse ano que a senhora fez o cursinho preparatório foi 1961, pelas nossas anotações.

M.P. – Isso.

R.Q. – Foi isso mesmo? E a senhora fez um cursinho que se chamava Castelões.

M.P. – Castelões. Aí ficava ali na rua São Bento.

M.S. – E antes disso a senhora chegou a dar aulas, mas...

M.P. – Acho que eu dei aula um mês. Mas eu tinha acabado de terminar o curso normal – acho que eu tinha 17 anos – e alguém me arrumou para dar aula numa escola particular. Era terceiro ano do grupo escolar. Mas aquilo, para mim, foi um tormento. Eu não... Eu cheguei para a minha mãe e falei: “Eu quero fazer faculdade. Não quero dar aula de jeito nenhum”, não é? E ela não queria, não queria que eu fizesse o cursinho... Eles tinham dificuldade para pagar, tudo, não é? E daí a minha irmã mais velha falou para ela que, se ela não pudesse pagar, que ela pagaria. Daí eu fui fazer o cursinho, o Castelões.

R.Q. – Quando a senhora entrou no cursinho, a senhora já sabia o que que a senhora prestaria? A senhora tinha ideia de prestar...?

M.P. – A minha ideia era fazer letras. Eu queria fazer línguas neolatinas. E nem passava pela minha cabeça a possibilidade de fazer curso de direito. Tanto que eu fui fazer a inscrição para o vestibular... Porque naquela época não havia o vestibular unificado da Fuvest; era cada faculdade fazia o seu. Então, eu fiz a inscrição lá na filosofia, que era ali na rua Maria Antônia, e quando eu vi que o vestibular da São Francisco, da Faculdade de Direito, eram as mesmas matérias, eu fui e fiz a inscrição também na Faculdade de Direito. Mas fiz os dois vestibulares concomitantemente.

Houve um dia até que eu me lembro que eu tive que fazer exame oral correndo na Faculdade de Direito, para ir correndo depois para outro... lá para a Maria Antônia, para fazer outra prova lá.

R.Q. – Quando é que a senhora optou, afinal, por fazer direito?

M.P. – Eu cheguei a fazer o primeiro ano de letras. Fiz o primeiro ano inteiro. Eu entrei nas duas, passei nas duas, daí eu fui fazer letras e tranquei matrícula na Faculdade de Direito. Quando terminou o ano, eu vim até a Faculdade de Direito para saber se eu podia fazer a segunda época, que a gente falava, e que seria em fevereiro, sem ter frequentado a faculdade. Eu não tinha assistido a uma única aula. E eles disseram que eu podia. Eu passei dezembro e janeiro, até a data lá das provas, eu passei estudando. Eu estudava 12 a 13 horas por dia. Esse meu primo que eu falei que era advogado, na época ele era chefe da Assessoria Técnico-Legislativa e tinha um estudante de direito que trabalhava lá com ele e ele pediu os livros emprestados, com as anotações que ele tinha tudo, e eu estudei sozinha. E daí eu fiz a segunda época e passei para o segundo ano sem ter frequentado o primeiro.

R.Q. – O que fez a senhora decidir por direito, por abandonar o curso de letras...?

M.P. – De alguma forma, eu tinha ficado um pouco decepcionada com o curso de letras, não é? Porque eu achei que fazendo a faculdade eu iria sair de lá falando as línguas. Porque tinha português, italiano, francês, espanhol e latim. Eu falei: “Eu vou sair de lá falando essas línguas todas”. Mas eu percebi que não ia conseguir, porque você não estuda só a língua; você estuda muita literatura, também, não é? E eu fiquei um pouco, assim, decepcionada e resolvi passar para direito. Daí eu tranquei a matrícula na filosofia e não voltei mais lá.

R.Q. – Mas, então, a essa altura não havia nada no direito que especificamente encantasse a senhora. Foi mais uma decepção com o outro curso.

M.P. – É.

R.Q. – E a senhora, quando chegou e começou a frequentar ou começou a estudar direito pelos livros do estudante do seu primo ou começou a frequentar as aulas, a senhora imediatamente adquiriu gosto ou foi algo paulatino? Como é que foi o seu processo de...?

M.P. – Eu acho que eu era muito jovem, quando terminei o curso normal. Eu tinha 17 anos. E eu acho que eu não sabia exatamente o que eu queria. Não tinha, assim... Eu gostava muito de música. Eu estudava piano desde 12 ou 13 anos, e eu estudava horas e horas por dia, e eu nunca... Não tinha, assim, dizer uma preferência por... ou que eu soubesse o que queria fazer como advogada. Eu não tinha, assim, muita noção. Eu diria que eu fui meio no escuro. Por isso que eu costumo dizer que eu acabei sendo advogada por acaso. Eu fui parar na Faculdade de Direito por acaso, sem ter sonhado com isso, e acabei me formando bacharel também... Eu diria que eu fui como quem não quer nada, sem ter uma ideia específica do que eu iria fazer depois. Acho que deu certo. Foi uma coisa que, de certa forma, deu certo, não é? Fui feliz no acaso.

M.S. – E com relação às línguas, depois a senhora veio a aprender outras línguas, também, não é?

M.P. – Não, eu estudei aquilo para o vestibular. Depois, fazer curso de línguas, depois que eu já estava... Já com mais idade, eu fui estudar, particularmente, um pouco de francês e um pouco de inglês.

R.Q. – Quando a senhora chega... Então, pelas nossas contas, a senhora começa a frequentar o Largo de São Francisco em 1963. Não é isso?

M.P. – Isso.

R.Q. – Era, portanto, o segundo ano do curso. A senhora viveu, como aluna, seja da Maria Antônia, seja da São Francisco, um período que, do ponto de vista da política nacional, foi um período muito agitado, muito conturbado: houve o golpe de 1964...

M.P. – É o período da chamada revolução lá, não é? Que eles diziam.

R.Q. – Como é que a senhora...? A senhora, mesmo sendo, na sua própria definição, uma pessoa apolítica, de baixo envolvimento com a política, como é que a senhora se recorda da vivência desse tempo politicamente agitado? Como aluna da Universidade de São Paulo, seja na Maria Antônia, seja na São Francisco, o ambiente se fazia sentir, perante outros alunos, perante outros professores? Discutia-se a política nacional? Isso era tema de aula? Havia posicionamentos de alunos? Como é que a senhora se recorda desse tempo?

M.P. – Na filosofia, no ano que eu estive lá, houve uma greve prolongada. E, realmente, greve de não ter aula... Acho que uns dois ou três meses de greve. Isso também talvez tenha prejudicado um pouco o curso. E não me lembro, assim, de discussões políticas de nenhum tipo, não é? Agora, na São Francisco, sim, houve já um pouco mais de movimentação: andaram soltando bomba lá. Eu tinha umas colegas que participavam ativamente lá do movimento, mas eu confesso que eu nunca participei de absolutamente nada. Eu sempre digo que eu participei muito pouco da vida estudantil da Faculdade de Direito, desses movimentos estudantis de Pendura, aquelas Peruadas, como se quase que eu não fosse aluna de lá. Eu era a aluna que assistia à aula, estudava, mas não participava. Eu sempre digo que a única coisa que eu sinto não ter participado é do coral, porque o coral era uma maravilha, naquela época: eles tinham gravações, eles se apresentavam bastante, e até viajavam, se apresentando. Em todas as festas de formatura da faculdade, era o coral. Não traziam gente de fora para se apresentar. E como eu entrei já no segundo ano, que o pessoal já tinha sido selecionado, eu acabei perdendo a oportunidade. Talvez eu até pudesse ter procurado. Eu tinha uma coisa, que eu ainda tenho muito, mas naquela época era mais acentuada: eu era excessivamente tímida. Então, talvez por isso eu não participasse muito das coisas, também. Eu não procurava. Por isso que eu digo: eu participei pouquíssimo dos movimentos estudantis.

R.Q. – E colegas de turma de que a senhora especialmente se lembra? Não necessariamente colegas de turma, mas contemporâneos de faculdade. A senhora levou muitos amigos, muitos contatos, muitas relações, do seu tempo de aluna na São Francisco? Ou não?

M.P. – Olha, eu tive algumas *boas* amigas, na época da faculdade, não é? Mas eram poucas. Era um grupo, assim, pequeno. Uma também é procuradora do Estado, a Marisa Dardé¹, que também... Éramos quase que inseparáveis: frequentava a minha casa e eu frequentava a casa dela. A outra, também procuradora do Estado, a Maria Aparecida de Almeida Mello², que é irmã do ministro Celso de Mello³. E ele era nosso contemporâneo. Só que ele estava uns dois ou três anos para trás. E a cada tanto ela, como irmã mais velha, queria ir até a classe dele para ver como é que ele estava, conversar com ele, e eu sempre ia junto, não é? Sou contemporânea do Celso de Mello. E uma terceira, que hoje mora em Votuporanga, eu acho que casou, teve os filhos e não continuou advogando. E alguns colegas de turma, eu vim a fazer amizade depois de formada. Por

¹ Marisa Dardé Sampaio Amaral. Procuradora do Estado de São Paulo.

² Maria Aparecida de Almeida Mello. Procuradora do Estado de São Paulo.

³ José Celso de Mello Filho. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

exemplo, uma grande amiga que eu fiz na Procuradoria, eu mal conhecia, na época da faculdade, e no entanto, fomos trabalhar juntas, no mesmo setor da Procuradoria, e ficamos muito amigas, não é? A Maria da Glória Lisboa de Alvarenga⁴. O Adilson Dallari⁵ foi meu colega de turma, também, ele e a esposa, e também vim a ter mais contato com ele depois de formada, porque fui aluna do Dalmo Dallari⁶, que é irmão do Adilson, não é? E acabamos tendo um contato. Tivemos bastante contato. E até hoje tenho bastante contato com o Adilson.

R.Q. – Professora, pegando o gancho em dois temas diferentes que apareceram nessa sua última resposta, professores e mulheres, a senhora mencionou muitas colegas de faculdade, como é que a senhora se recorda da presença feminina na São Francisco, na época em que a senhora foi estudante? Como é que era...?

M.P. – Já havia bastante. Eu acredito que ainda não era... Não tinha chegado no 50%. Era menos, bem menos mulheres do que homens. Mas havia bastante. Eu mesma tinha... Eu falei das amizades, eu só mencionei as mulheres, não é? E o Adilson, que veio a fazer amizade depois, mas tive também alguns contatos... Eu não digo propriamente amizade, mas alguns contatos com colegas do sexo masculino. E eu sempre fui de tomar nota de todas as aulas, então, eu ficava lá, tomava nota de tudo, e os colegas me procuravam muito para pedir as anotações emprestadas. Então, quando chegava na época de prova, eu era muito procurada [risos]– alguns iam até à minha casa para pegar o caderno emprestado –, e chegaram a fazer apostila com as minhas anotações. Faziam apostila e distribuíam lá pelos colegas de turma, não é?

M.S. – E professoras? A senhora chegou a ter professoras mulheres?

M.P. – Tive poucas. Mas eu me lembro bem da professora Nair Lemos⁷, que era de direito do trabalho, e a professora Marília⁸, não me lembro o sobrenome dela, que também era de direito do trabalho. Mas acho que foram as únicas mulheres. Os demais eram todos homens.

R.Q. – Nesse capítulo de professores, professores e professoras, quem foram os que especialmente marcaram a senhora?

⁴ Maria da Glória Lisboa de Alvarenga. Procuradora do Estado de São Paulo.

⁵ Adilson Abreu Dallari. Advogado.

⁶ Dalmo de Abreu Dallari. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁷ Nair Lemos Gonçalves. Foi professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁸ Nome sujeito à conferência.

M.P. – Bom, eu tenho uma estima muito grande pelo professor José Ignácio Botelho de Mesquita⁹, que foi... Ele foi meu professor e foi o último dos meus professores que se aposentou, aí na faculdade. Cheguei a ser colega dele na faculdade, não é? E a minha turma foi a primeira para quem ele deu aula. Ele era bem jovem mesmo, e ele deu aula. E sendo... Embora fosse a primeira turma, ele já foi o professor homenageado pela nossa turma. Ele era...ele foi queridíssimo na faculdade, não é?

R.Q. – A minha turma foi a última para quem ele deu aula...

M.P. – Ah, é?

R.Q. – ...e ele também foi professor homenageado.

M.P. – Ele, parece que foi paraninfo de 17 turmas.

R.Q. – De todas, todas para quem ele deu aula.

M.P. – De todas para quem ele deu aula, ele foi paraninfo.

R.Q. – Por que ele era uma pessoa tão marcante para a senhora, para a sua turma? O que o distinguia?

M.P. – Eu acho que um pouco... Bom, ele era um excelente professor, não é? Mas ele, como pessoa, era também diferenciado. Ele não...Eu nunca vi o professor Mesquita erguer a voz, achar ruim. Ele conseguia ser exigente, um ótimo professor, mas sem fazer grandes... dar grandes broncas, gritos, *nada* disso. Eu acho que era a maneira de ser dele. Era uma pessoa muito afável, não é? E houve um outro processualista que também marcou bastante para mim, que foi o professor Tomás Pará Filho¹⁰. Os dois davam aula junto: um dava umas aulas, o outro dava outras. Mas o dr. Tomás já era um outro tipo. Ele já não era tão querido pelos alunos, porque ele era muito bravo e muito exigente: ele dava a nota máxima sete. Porque quem tivesse mais de sete

⁹ José Ignácio Botelho de Mesquita. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

¹⁰ Tomás Pará Filho. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e procurador do Estado de São Paulo.

tinha que fazer... Como é que era? Tinha que ter até média sete. Se tivesse acima de sete, escapava do oral. E ele queria que todos fossem para o exame oral. Então sete, para ele, equivalia a dez. Ele era muito exigente. Mas ele gostava de mim, porque eu sentava na primeira fileira, e ele, de vez em quando, dava umas questões para responder em casa e eu estava sempre com as questões todas respondidas. E quando ele ficou doente, já teve que aposentar, começou já a ficar com a cabeça meio esquecida e tudo, ele lembrava... falavam de mim para ele e ele falava: “Eu sei, é aquela moça que sentava na primeira fila, nas aulas”. E ele foi meu chefe na Procuradoria, porque ele era procurador do Estado, também. Ele era chefe da Procuradoria Administrativa. Quando eu fui lá para a Administrativa, ele era o chefe.

R.Q. – Pegando esses dois nomes que a senhora mencionou e fazendo ligação com objetos de algumas outras entrevistas, o professor José Ignácio Botelho de Mesquita é um professor conhecido por ter tido uma atuação que, no entender dos seus alunos da época, foi uma atuação destacada e corajosa de independência em relação ao regime militar, digamos assim, e o professor José Ignácio Botelho de Mesquita também diz que o professor Tomás Pará Filho era alguém que tinha esse mesmo tipo de postura – sabendo que, naquela época, a faculdade tinha tido diretores que eram próximos do regime militar, como o professor Gama Filho¹¹ e o professor Buzaid¹². No entender da senhora, esse posicionamento político que alguns alunos ou que talvez todos os alunos viam nesses dois professores contribuía para que eles tivessem uma boa imagem perante os alunos? Ou era algo estritamente relacionado à sua maneira de ser como docente?

M.P. – Eu acho que era mais a maneira de ser como docente, mesmo, não é? Acho que o professor Mesquita é uma pessoa diferenciada, como ser humano. Ele foi seu professor também, acho que você pode dizer isso. Eu nunca conheci alguém que... algum aluno que dissesse que não gostava dele. Eu me lembro bem de um episódio... Naquela época, havia o exame oral obrigatório, não é? E ele estava fazendo o exame oral e um aluno, com o Código na mão, e ele, por alguma razão, pediu o Código para o aluno e o Código estava todo escrito, cheio de cola, e ele ficou *ele* envergonhado. Ele ficou vermelho, como se ele tivesse feito alguma coisa errada, ao invés do aluno. Ele era uma pessoa, assim, realmente... tinha umas reações que você não esperaria normalmente de um professor. E ele conseguiu, com esse jeito dele, ser respeitado e ser muito querido por todos.

¹¹ Nome sujeito à conferência.

¹² Alfredo Buzaid (1914 - 1991). Foi advogado, professor e ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante o governo Emílio Garrastazu Médici.

R.Q. – Além desses dois, o professor Botelho de Mesquita e o professor Tomás Pará Filho, algum outro marcou a senhora?

M.P. – Bom, eu gostava muito...

R.Q. – Por razões boas ou por razões ruins.

M.P. – É, eu gostava muito das aulas do Silvio Rodrigues¹³. Fui aluna dele quatro anos da faculdade. Ele era um grande professor. Mas eu tinha um pouco de medo dele, não é? Porque ele era bravo. Se ele ouvisse um movimento de trote no corredor, ele abria a porta e já suspendia o aluno, já... Embora eu fosse comportada... E outra coisa que eu tinha um pouco de receio: ele tinha a mania de fazer pergunta para os alunos, na sala. E então, na aula dele, eu ficava sentada bem atrás e, de preferência, escondida atrás de algum colega [risos], para não correr o risco de que ele perguntasse alguma coisa para mim. Mas ele era um excelente professor. O Miguel Reale¹⁴ foi um excelente professor, também, embora também despertasse na gente um certo temor, não é? Porque ele era *muito* rigoroso. Ele entrava na sala, ninguém podia entrar depois dele nem sair antes, e na aula dele tinha que ser um silêncio absoluto. Se você olhasse no relógio, ele achava ruim. Quer dizer, ele... Mas as aulas dele eram *excelentes*. Eu anotava tudo, porque o livro dele, eu achava mais difícil de estudar, então eu estudava pelas minhas anotações, para poder entender bem. Mas era um excelente professor, também.

R.Q. – Livros, a senhora tomou contato com algum livro que tenha sido... na faculdade, que especialmente marcou a senhora, alguma obra que a senhora leu, seja manual, seja a obra mais clássica?

M.P. – Olha, os livros que eu tinha naquela época, eu ainda tenho até hoje, e tenho pena de... Até o Código Civil que eu usava na época da faculdade, eu tenho aí e não tenho coragem de me desfazer dele, não é? E tenho toda a coleção do Silvio Rodrigues daquela época. Mesmo alguns volumes, eu comprei depois, mas eu continuo guardando aqueles. Tenho também a coleção do

¹³ Silvio Rodrigues (1917 - 2004). Foi advogado e professor catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

¹⁴ Miguel Reale (1910- 2006). Foi filósofo, jurista, professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-Reitor da Universidade de São Paulo.

Washington de Barros Monteiro¹⁵. Porque o professor Washington dava aula no primeiro ano, e eu...que foi o ano que eu não fiz, então, eu não cheguei a ter aula com ele, mas para estudar para passar para o segundo ano, eu tive que comprar o livro dele e tenho também os volumes todos, não é? Tenho o livro do Basileu Garcia¹⁶, que era professor de direito penal. Então, os livros daquela época. Os livros do professor Cretella¹⁷, porque eu fui aluna dele, também: eu tenho o *Tratado [de direito administrativo]* completo, e os vários livros que ele publicou, monografias, eu tenho também todos aí.

R.Q. – A senhora não havia mencionado administrativistas até agora. Durante a graduação, direito administrativo foi uma matéria que marcou a senhora? Ou não?

M.P. – Não. Não tinha, ainda... Porque, na época da faculdade, se alguém dissesse que eu ia ser professora de direito administrativo, eu ia até estranhar. Porque, naquela época, direito administrativo era no quinto ano, quando você já está quase que com um pé para fora. Eu ia bem na matéria, não tinha grande problema, mas não era a matéria de minha preferência. Eu fui aluna, na graduação, do professor José Cretella, não é?

R.Q. – Durante a graduação, embora a senhora não soubesse ainda que ia atuar na área de direito administrativo, porque só teve a matéria no quinto ano, a senhora já sabia que queria ser professora?

M.P. – Não.

R.Q. – A senhora sabia o que queria ser, durante a graduação?

M.P. – Não sabia, não tinha muita ideia. Eu sabia que eu não servia para ser advogada [riso], advogada, assim, militante, de contencioso, pelo fato de eu ser muito tímida. Eu falei: “Como é que eu vou chegar, vou fazer uma audiência e tudo?”. E o concurso para a magistratura... Nem juiz, promotor. Eu nunca sonhei muito o que eu iria ser. Por isso que eu digo que eu fui levando.

¹⁵ Washington de Barros Monteiro. Foi desembargador e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁶ Basileu Garcia (1905-ano de falecimento sujeito à conferência). Foi promotor de Justiça, Procurador Geral do Estado (na época “Procurador Geral de Justiça”) e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁷ José Cretella Júnior. Foi advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

As coisas vieram vindo como tinham que vir, mas sem que eu... talvez eu acho que por ser muito jovem, eu era um pouco imatura, e depois que eu me formei... O professor Tomás Pará teve alguma influência na minha escolha pela Procuradoria do Estado.

M.S. – E a senhora escolheu já no fim da graduação ou depois que se formou?

M.P. – Não, depois de formada. Porque o professor Pará era procurador e era muito... tinha muita amizade com essa minha amiga, a Marisa, que eu disse que foi inseparável, e ele a aconselhou a fazer concurso para procurador do estado e ela, conversando comigo, falou da ideia dele e tudo, e daí comecei a pensar nisso também. E naquela época não adiantava mulher querer fazer concurso para a magistratura ou Ministério Público porque não passava. Não havia *nenhuma* mulher. E na magistratura, eles diziam que não havia mulheres porque não conseguiam passar nos concursos. Até se inscreviam, não é? Mas, realmente, ninguém conseguia passar. E eu não quis passar por... “Por que eu vou fazer a inscrição, me sujeitar a ser discriminada, sabendo de antemão que eu vou ser reprovada?”. Então, eu fui *direto* para a Procuradoria. Eu diria que no fim do curso eu já estava com essa ideia. Porque eu me formei em 1966 e, em 1967, eu casei e imediatamente eu comecei... Eu trabalhava ainda como escriturária na Secretaria de Educação e comecei a estudar para o concurso.

R.Q. – Por que que na Procuradoria não havia essa rejeição, esse preconceito contra as mulheres que havia na magistratura e no Ministério Público, no entender da senhora?

M.P. – Sinceramente, eu não sei dizer, não é? Era um preconceito principalmente da magistratura, achar que mulher não podia ser juiz. Porque em nenhuma outra carreira, que eu saiba, houve esse tipo de preconceito, não é? Era mais da magistratura, mesmo.

R.Q. – Desde o início, entraram muitas mulheres na Procuradoria.

M.P. – Sim, sim. Tinha bastante.

M.S. – Existia algum movimento que tentava combater essa discriminação?

M.P. – Não. Que eu saiba, não. Eu não posso dizer com certeza, mas eu tenho a impressão que começaram a ir, as mulheres, primeiro, para o Tribunal de Justiça, pelo quinto constitucional. Acho que foi antes até do que em concurso.

M.S. – E depois?

M.P. – Hoje já tem bastante mulher, não é? Na magistratura. E também não sei se em outros estados havia a mesma discriminação. Eu acho que era uma coisa bem nossa aqui, do Tribunal de Justiça, não é? Uma coisa assim meio machista, ultrapassada, na minha maneira de ver.

M.S. – E a senhora comenta numa entrevista, também, que quando a senhora se casou, seu marido não queria que...

M.P. – É, ele não queria que eu trabalhasse. Ele achava que eu tinha que ficar em casa. Mas eu fui levando na conversa. Eu falei: “Eu vou estudando”. E ele achava que eu não ia passar, não é? E daí depois que eu passei, daí ele não queria que eu tomasse posse. Eu falei: “Não, eu vou trabalhar até a gente juntar dinheiro, conseguir comprar um apartamento, depois eu paro”. E assim foi. Mas depois que eu comecei a trabalhar, que ele viu que o ambiente era bom, ele conhecia todos os colegas meus lá da Procuradoria, aí parou de falar e aceitou, não é?

R.Q. – E em que momento a senhora...? Falando um pouco mais da Procuradoria, ainda, como é que foi o processo de seleção? Como é...quando a senhora entrou na Procuradoria, aonde a senhora foi trabalhar? Dentro da Procuradoria, o que a senhora foi fazer?

M.P. – Meu primeiro cargo foi na Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda. Fiquei cinco anos lá. Fazia serviço de consultoria. Em toda a minha vida na Procuradoria, eu nunca fiz a parte contenciosa; sempre fiz a parte consultiva e trabalhei muito em funções de assessoramento, também, não é?

R.Q. – Como é que, dentro da Procuradoria, escolhia-se qual procurador ia trabalhar em contencioso e qual procurador ia trabalhar em consultiva?

M.P. – Bom, eu...O procurador tinha a possibilidade de escolher. Eles diziam aonde havia possibilidade. Inicialmente, eu cheguei a pensar em ir para a Procuradoria de Assistência

Judiciária. Mas esse meu primo, que já estava há tempo lá na Assessoria Técnico-Legislativa, ele achou que não era o lugar mais adequado, não é? E daí... Acho que ele que sugeriu para mim que seria melhor uma área consultiva.

R.Q. – Algumas pesquisas que a gente fez indicavam que, baseado na colocação da pessoa no concurso...

M.P. – Eu peguei... Eu passei em décimo sétimo lugar, mas, pela nota, eu fui a segunda, com uma diferença de alguns centésimos para a primeira. Eu acabei ficando em décimo sétimo lugar porque eu não tinha nenhum título. Eu tinha me formado e depois não fiz curso, não... Não tinha feito mais nada. Eu não tinha *nenhum* ponto de título. Então, do segundo lugar, eu passei para o décimo sétimo.

R.Q. – E essa colocação dava à senhora alguma prerrogativa na hora de escolher para onde ia? Porque, nas pesquisas que a gente fez, algumas fontes diziam que os candidatos mais bem colocados tendiam a ser lotados em cargos de assessoria, que eram os cargos que envolviam mais pesquisa, mais estudo. Isso acontecia na época da senhora?

M.P. – Olha, na minha época, acho que de ir direto para a função de assessoria, eu não sei de nenhum caso, viu. Por exemplo, a Procuradoria Administrativa sempre foi considerada uma procuradoria, assim, de um nível... Eles procuravam selecionar melhor os pareceres, porque ela sempre fez uma assessoria direta para o procurador, mas era uma atividade de consultoria. Então, eu tenho a impressão que os candidatos que tinham melhor classificação iam mais para a área consultiva.

R.Q. – Que foi o caso da senhora.

M.P. – Que foi o meu caso.

R.Q. – E a carreira de acadêmica, de pesquisadora, de professora, em que momento ela começa a se desenhar na vida da senhora?

M.P. – Depois que eu entrei na Procuradoria que eu, realmente, a área em que a gente mais trabalha é direito administrativo, constitucional, principalmente, não é? E começou a surgir a

ideia de eu fazer algum curso de especialização, e daí abriu inscrição para o mestrado... Foi a primeira turma do mestrado. Porque antes disso não havia curso de mestrado, nem doutorado. Saiu na nova legislação lá da USP, porque antes disso havia doutorado só, que não exigia curso – você preparava uma tese e ia lá se inscrever. E quando eu... abriu esse curso aí de mestrado, eu resolvi me inscrever. E era...tanto que foi a primeira turma. Já fui lá, me inscrevi com o professor Cretella e fui aceita.

R.Q. – Em que ano foi isso?

M.P. – Acho que foi em 1970. Porque eu entrei na Procuradoria em 1970, em abril de 1970, e no mesmo ano, no segundo semestre, já abriram a inscrição. Acho que foi em 1970. No mesmo ano que eu comecei a Procuradoria, eu comecei a fazer o mestrado.

M.S. – E ainda na Procuradoria, como foi, para a senhora, trabalhar como assessora para o Michel Temer e para o José Carlos Dias? Porque a senhora disse que a questão política não é uma coisa que te interessa, mas você trabalhou de perto com isso, assessorando governadores, também. Como foi isso para você?

M.P. – Aí eu já tinha algum tempo de carreira, porque eu já tinha passado pela Consultoria da Fazenda; passei um curto período de uns três meses na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário; e depois eu fui para a Procuradoria Administrativa. Fiquei, acho que uns cinco anos, na Procuradoria Administrativa, e daí surgiu a possibilidade de eu ir para a Assessoria Técnico-Legislativa, que o chefe era esse meu primo. Você vê que o nepotismo... Mas ele era uma pessoa, assim, muito rigorosa. E a Anna Cândida da Cunha Ferraz¹⁸ era a procuradora-geral do estado naquela época e ele perguntou para ela se ela indicaria algum procurador para ir para lá, e ela me indicou, daí ele falou que não, que eu era prima, que eu não podia. Daí ela insistiu que podia, que ele ia ficar satisfeito, que eu estava indo muito bem e tudo. Ele acabou aceitando, mas levou antes o meu curriculum para o governador, para mostrar que eu já tinha o título de mestre, já tinha até publicado o primeiro livro, para mostrar que eu não estava indo porque eu era parente dele; que eu estava indo por mérito. Depois que eu estava na Assessoria Técnico-Legislativa, eu, depois de algum tempo... Acho que eu que quis sair. Eu não me lembro bem como é que eu fui ser assessora

¹⁸ Anna Cândida da Cunha Ferraz. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora e coordenadora do Mestrado do Centro Universitário Fieo. Coordena a Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO).

do José Carlos Dias¹⁹. Mas, embora estivesse no gabinete do secretário, eu fiquei... junto com essa minha colega, a Maria da Glória, nós fazíamos a assessoria estritamente jurídica. Porque lá havia os assessores políticos e os assessores jurídicos. Nós fazíamos a assessoria jurídica. E quando ele saiu da Secretaria da Justiça, o Michel Temer²⁰ era o procurador-geral do estado e eu acabei ficando no gabinete do Michel, e também fazia só a assessoria jurídica. Inclusive, eu ficava no andar de cima. Mais uma vez, junto com essa colega, a Maria da Glória. Depois veio a Norma Kyriacos²¹, eu continuei como assessora jurídica, não é? Depois acabei indo para a Assessoria Jurídica do Governo. Assim, eu não me lembro exatamente as circunstâncias em que eu fui indo, mas eu acho que o chefe da Assessoria Jurídica do Governo era o Feres Sabino²², que também tinha sido procurador-geral do estado, e eu acho que fui para lá a convite dele, se não me falha a memória, não é? Daí eu fiquei dois anos lá. Mas, também, o seu contato com o governador é quase nulo, porque o contato direto é com o assessor-chefe. Eu não era chefe. Eu era uma assessora: eu dava os pareceres e até preparava despacho. A gente dizia que o assessor, na Assessoria Jurídica do Governo, governa um pouco, porque você dá o parecer e já prepara o despacho para o governador assinar. Mas contato direto com ele, a gente não tinha.

R.Q. – Fazendo uma relação entre esses dois momentos paralelos, mas concomitantes da sua trajetória, que é a sua passagem por órgãos importantes de assessoria no Executivo e a formação da senhora como uma pensadora do direito administrativo, como é que a senhora via e, hoje vê, os processos de mudança administrativa pelos quais a administração pública brasileira passou durante o regime militar, não é? Quando a senhora entra na Procuradoria, já vigia o Decreto-Lei 200, que era um decreto que buscou reformar ou, enfim, melhorar, de alguma forma, a administração pública em geral. Como é que a senhora viveu esse momento, essas transformações? Qual é a sua leitura sobre...?

M.P. – Esse Decreto-Lei 200 não se aplicava ao estado; era só na esfera federal, não é? E aqui no estado de São Paulo não houve nenhuma legislação, vamos dizer, tão radical assim, que muda uma coisa da noite para o dia. Eu não senti muita diferença nessas mudanças todas. Na minha vida como procuradora, não houve grandes repercussões.

¹⁹ José Carlos Dias. Advogado e político brasileiro.

²⁰ Michel Temer. Advogado e político brasileiro

²¹ Norma Kyriacos. Foi procuradora do Estado de São Paulo. Advogada.

²² Feres Sabino. Foi procurador geral do estado. Advogado.

R.Q. – O seu tema de mestrado... Voltando agora ao mestrado, quando a senhora ingressa no mestrado, o que a senhora decidiu estudar? E por que a senhora escolheu...?

M.P. – Bom, eu achei que direito administrativo... Nessa época, eu já estava envolvida com o direito administrativo, por causa do trabalho da Procuradoria, e nem passou pela minha cabeça a possibilidade de fazer outra disciplina. Já fui e escolhi mesmo direito administrativo e escolhi, para a dissertação de mestrado, o tema da servidão administrativa, que foi sugestão do professor Dalmo de Abreu Dallari. Porque, naquela época, no curso de mestrado, você era obrigado a fazer... escolher a sua área de concentração, que seria direito administrativo, e você tinha que, obrigatoriamente, ter alguma área complementar. Então, eu fiz administrativo; fiz teoria geral do Estado, com o professor Dalmo; e fiz direito tributário, com o Rui Barbosa Nogueira²³. Nos três anos de mestrado, eu fiz as mesmas matérias. E o professor Dalmo, que trabalhava na Eletropaulo, ele era advogado lá, ele lidava muito com o tema de servidão de energia elétrica e ele sugeriu, porque ele disse que havia quase nada escrito a esse respeito. E eu escolhi o tema e acabei gostando e deu certo.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2054_MARIA_DI_PIETRO_2012-11-26_01]

R.Q. – Professora, como era o curso de mestrado na época? No que consistia? A senhora havia dito que o doutorado era apenas apresentar o trabalho e o mestrado não tinha aula...

M.P. – Isso antes. Quando eu comecei, já havia o curso, tanto para o mestrado como para o doutorado.

R.Q. – E havia disciplinas, aula?

M.P. – Você tinha as disciplinas, tinha que fazer um número... Não é muito diferente do que é hoje, não é? Apenas eram menos horas-aula. E você tinha que fazer, no mínimo, nove disciplinas – mas, é evidente, eu fiz três de administrativo, três de teoria geral do Estado e três de tributário –, para você conseguir completar os créditos. E necessariamente, você tinha que pegar uma área complementar. Você não podia escolher só as disciplinas do seu departamento; você tinha que ter uma área complementar, que, hoje, eu acho que não é mais obrigatório, não é? E depois você...

²³ Rui Barbosa Nogueira (1919 -2003). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Hoje tem o exame de qualificação, não é? Naquela época, o exame de qualificação era uma prova escrita que era... Eles te davam uma lista de pontos com 30 dias de antecedência. Eu tirei férias na Procuradoria para ficar só estudando e preparando os pontos, que era uma prova difícil, não é? Hoje, o exame de qualificação é um projeto de pesquisa, mas, naquela época, obrigavam a gente a estudar, porque entravam matérias de todas as disciplinas que foram cursadas. Então, não era só de administrativo. Dava trabalho para preparar.

R.Q. – Quem foram seus colegas de pós-graduação, de turma de pós-graduação?

M.P. – Olha, que eu me lembro, assim, era a Odete Medauar²⁴; a Anna Cândida da Cunha Ferraz²⁵; a Ivette Senise Ferreira²⁶; o Lewandowski²⁷, o ministro hoje, o atual ministro Lewandowski; o Edmir Netto de Araújo²⁸. São alguns nomes conhecidos, assim, que foram meus colegas de pós-graduação.

R.Q. – A senhora cultivou relação, amizade com essas pessoas para além do curso de pós-graduação? Ou foi...?

M.P. – Não, não... Mais colegas, assim, como alguns da Procuradoria ou da faculdade. Mas dizer, assim, grande amizade, não.

R.Q. – A senhora se recorda de como foi a apresentação do seu trabalho? Desculpe. Antes disso, professores, professores que a senhora teve no mestrado que...

M.P. – No mestrado, foram esses três: o professor Cretella²⁹, o professor Dalmo de Abreu Dallari³⁰ e o Rui Barbosa Nogueira³¹, porque eu só fiz essas três disciplinas, no mestrado. Depois, para o doutorado, eu tive que fazer mais, e aí eu tive outros professores.

²⁴ Odete Madauar. Professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

²⁵ Anna Cândida da Cunha Ferraz. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora e coordenadora do Mestrado do Centro Universitário Fieo. Coordena a Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO).

²⁶ Ivette Senise Ferreira. Advogada, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi a 37ª diretora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo sido a primeira mulher desde 1827 a ocupar este cargo.

²⁷ Enrique Ricardo Lewandowski. Foi advogado e magistrado. É ministro do Supremo Tribunal Federal.

²⁸ Edmir Netto de Araújo. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

²⁹ José Cretella Júnior. Foi advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³⁰ Dalmo de Abreu Dallari. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³¹ Rui Barbosa Nogueira (1919 -2003). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

R.Q. – E como era...e como foi? A senhora se recorda da apresentação pública da sua dissertação de mestrado, da banca, de quem estava na banca? Como foi?

M.P. – Estava o professor Cretella; o professor Dalmo; e o professor Anacleto de Oliveira Faria³², que é pai do José Eduardo Faria³³, porque ele era professor da faculdade, também, e ele escolheu fazer parte da banca. Que foi uma coisa curiosa. Ele era meu chefe na Procuradoria, porque depois que o professor Tomás Pará³⁴ saiu lá da Procuradoria Administrativa, foi o dr. Anacleto lá ser o chefe. Ser mais um procurador do estado professor, não é? E ia fazer parte da banca o Rui Barbosa Nogueira, porque eu tinha feito a disciplina dele, daí o dr. Anacleto perguntou para o Ruy Barbosa se ele não cederia o lugar dele na banca porque ele gostaria de participar, e ele acabou participando. Ele era voltado para a área de filosofia e a área de civil. Eu fiquei preocupada, quando soube que ele ia participar. Porque eu falei: “Ele vai perguntar coisas lá que não são muito da minha área”. Ele fez uma arguição puxada, mas foi...mas eu me saí bem. Agora, esse exame aí de... essa banca foi um sofrimento para mim a preparação, porque, você imagina, uma pessoa super tímida que não gosta de falar e, de repente, ter que enfrentar uma banca. Daí alguém me explicou, me ensinou a fazer... Chamavam de auto hipnose. Você vai fazer um relaxamento. Várias vezes, você faz isso. Você deita, relaxa, relaxa as pernas, relaxa os braços [riso] e fica repetindo para você mesma que você vai ficar calma, que você vai ir bem. E eu fiz isso eu nem sei quantas vezes. [risos] Eu fiz um monte de vezes. E acho que me acalmou até demais. Porque uma coisa que eu me lembro bem da apresentação é que toda hora eu dava uma risadinha. Talvez fosse de nervoso. Mas, depois, todos comentavam, pelo menos da banca, por que toda hora eu dava uma risadinha. Mas eu me saí *muito* bem.

R.Q. – Em que ano foi isso, a senhora se lembra?

M.P. – Acho que foi, se não me engano, em 76. Não tenho muita certeza, mas acho que foi em 76.

R.Q. – O trabalho que resultou da sua dissertação de mestrado foi publicado?

³² Anacleto de Oliveira Faria. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³³ José Eduardo Faria. Jornalista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³⁴ Tomás Pará Filho. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e procurador do Estado de São Paulo.

M.P. – Foi publicado.

R.Q. – Foi seu primeiro...

M.P. – Foi o primeiro livro. Foi publicado pela Editora Malheiros.

R.Q. – A senhora, quando esse livro já foi publicado, já tinha atuação como docente? Ou ainda não?

M.P. – Acho que não. Quando eu comecei a dar aula, eu já tinha o título de doutor. Se não me engano, já era até livre-docente, quando eu fiz o concurso.

R.Q. – A senhora se recorda de como foi o acolhimento público do seu livro, do seu primeiro livro? Ele gerou repercussão?

M.P. – Não...Eu era muito pouco conhecida, não é? Nessa época, quando o livro foi lançado, eu trabalhava na Assessoria Técnico-Legislativa e eu me lembro que eu recebi um telefonema do Hely Lopes Meirelles³⁵. Eu não o conhecia pessoalmente, mas ele telefonou lá na... até... para dizer que tinha lido o livro, que ele tinha gostado muito. Embora não concordasse com algumas coisas que estavam ali, mas cumprimentando pelo livro e dizendo que tinha gostado muito, não é? Isso, para mim, foi o maior prêmio que eu poderia receber, não é? Agora, dizer que foi um sucesso de venda, não, porque eu era uma ilustre desconhecida. Nem sei como é que o Malheiros concordou em publicar.

R.Q. – Como é que a senhora chegou ao Malheiros? Ou como é que ele chegou à senhora?

M.P. – Não, fui eu que cheguei a ele. O Malheiros é um cavalheiro, não é? Eu tenho a impressão que foi o dr. Anacleto que sugeriu que eu conversasse com o Malheiros, mas ninguém chegou lá junto para me apresentar. Eu cheguei lá e me apresentei, levei o trabalho para ele. Ele demorou um pouquinho para responder, para publicar, mas fez. Ele fez um trabalho... Ficou muito bom, o livro, muito bem apresentado, como sempre, não é? Ele trabalhava lá muito... Não era a Editora Malheiros, eu estou fazendo confusão, era a Editora Revista dos Tribunais. Só que eu estou

³⁵ Hely Lopes Meirelles (1917- 1990). Foi magistrado, secretário da Justiça e Secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo e doutrinador de direito administrativo.

falando Malheiros porque, naquela época, o Álvaro Malheiros³⁶ trabalhava na Editora Revista dos Tribunais e foi com ele que eu falei. Foi ele que me recebeu e que concordou em publicar.

R.Q. – E logo em seguida a senhora ingressa no doutorado? É isso? Em 1977?

M.P. – Isso. Eu terminei o mestrado e fui me inscrever para o doutorado, acho que quase que em seguida.

R.Q. – No doutorado, quais foram ... disciplinas, professores, colegas?

M.P. – Eu continuei com o professor Dalmo e o professor Cretella, mas fiz também constitucional, com professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho³⁷; fiz direito previdenciário, com a professora Nair Lemos³⁸; e fiz crimes contra a administração pública, que era uma disciplina... que eu me arrependi amargamente, porque a disciplina era dada pelo Miguel Reale Filho e pelo... um que não é mais professor lá na faculdade...

R.Q. – Paulo José da Costa?

M.P. – Não. Era jovem. Eu não me lembro o nome dele agora, mas foi...

R.Q. – Ricardo Andreucci³⁹?

M.P. – Ricardo Andreucci. Foi, para mim... Eu me arrependi porque, para mim, exigiu muito. Eu achei que, porque a matéria era crimes contra a administração, que poderia ter alguma proximidade, mas não tinha nenhuma relação com direito administrativo e, no fim, eu tive que estudar mais, me esforçar mais, para conseguir ir bem nessa disciplina, do que nas outras, não é?

R.Q. – As disciplinas de mestrado e de doutorado, hoje, são, em grande parte, fundadas em leituras de artigos científicos ou de monografias previamente designadas pelo professor. Como era naquela época?

³⁶ Nome sujeito à conferência.

³⁷ Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Advogado e político brasileiro.

³⁸ Nair Lemos Gonçalves. Foi professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

³⁹ Ricardo Andreucci. Professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e procurador de justiça criminal do Ministério Público de São Paulo.

M.P. – Era a mesma coisa.

R.Q. – Era assim.

M.P. – Tinha a aula teórica, duas horas de aula teórica, e depois o seminário.

R.Q. – Discussão de texto.

M.P. – Discussão de texto. Cada aluno tinha que fazer uma exposição, lá no seminário. Nesse ponto, não mudou muito.

R.Q. – Seus colegas foram os mesmos da turma de mestrado, seus colegas de doutorado?

M.P. – Alguns foram. Por exemplo, a Odete Medauar e a Anna Cândida continuaram; acho que o próprio Lewandowski, também. Não fazíamos necessariamente as mesmas disciplinas, porque cada um escolhe as disciplinas que quer fazer, mas foram contemporâneos, todos, não é?

M.S. – E foi no doutorado que você começou a pensar em dar aulas? Ou antes, no mestrado?

R.Q. – Eu tenho curiosidade de saber como uma pessoa tão tímida tornou-se...

M.P. – Porque, na realidade, embora eu fosse orientada pelo professor Cretella, não foi ele que tomou a iniciativa de me convidar para dar aula. Quem tomou a iniciativa foi o professor Dalmo, porque eu tinha feito as disciplinas todas com ele e daí ele me perguntou um dia se eu não queria... E eu comecei a., na faculdade, trabalhando como monitora na disciplina do professor Dalmo. Não sei... Você foi aluno dele e deve saber que ele tinha aquela... dividia a turma em vários grupos e cada... e tinha os monitores e eu era...trabalhava lá como monitora, em teoria geral do Estado. Daí ele sugeriu para eu ser contratada... para eu passar para a área dele. Naquela época, não faziam concurso; a gente era contratada. E quando...ele chegou a propor a minha contratação, mas quando o professor Cretella viu que eu ia ser contratada em teoria do Estado, daí ele sugeriu que eu fosse contratada em direito administrativo.

R.Q. – E quando é que a senhora defende seu doutorado?

M.P. – Eu não me lembro exatamente...

M.S. – Em 82?

R.Q. – Termina o doutorado em 82.

M.P. – O ano é 82?

R.Q. – E o tema, o título foi: *Uso privativo de bem público pelo particular*.

M.P. – *Uso privativo de bem público pelo particular*.

M.S. – Que também foi publicado, não é?

M.P. – Também foi publicado, também pela Editora Revista dos Tribunais.

R.Q. – Por que esse tema? Por que a senhora escolheu esse tema, a senhora se lembra?

M.P. – Eu sempre gostei de tema relativo a bens públicos, não é? Eu tinha... O orientador tem que aprovar o tema que você escolhe, e eu cheguei a sugerir outros temas para o professor Cretella e ele não achava bons. Inclusive eu cheguei... Eu me lembro bem de um tema que eu sugeri, que seria a função normativa do Poder Executivo, não é? Mas ele achou que o tema seria mais de direito constitucional, que não seria... Bom, daí eu sugeri esse de uso privativo e ele achou interessante. E também porque na Procuradoria tem muito esse tema de bens públicos, permissão de uso, concessão de uso. Eu achei que seria interessante. E realmente foi.

R.Q. – A senhora se lembra da banca de doutorado, de quem foi?

M.P. – Bom, o professor Cretella como orientador, evidentemente; o professor Dalmo; seria a professora Nair, mas eu não sei se ela já tinha aposentado e, por alguma razão, ela não participou e foi aquele outro de direito do trabalho, Amauri Mascaro Nascimento⁴⁰; a Odete Medauar; e não

⁴⁰ Amauri Mascaro Nascimento. Advogado e Professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

me lembro quem foi o quinto. Será que foi o professor Manoel Gonçalves? Eu não me lembro quem foi o quinto. E o professor Amauri foi terrível na banca, viu? Ele era de outra área, acho que ele não conhecia muito o direito administrativo e ele dizia que não tinha tese, que ele chacoalhava o livro, virava de ponta-cabeça, assim, e que não descobria qual era a tese, não é? Mas aprovou com nota nove.

R.Q. – Esse livro também foi publicado, posteriormente, pela Editora Revista dos Tribunais.

M.P. – Também pela Editora Revista dos Tribunais.

R.Q. – A senhora sente alguma diferença na recepção deste segundo livro, em relação ao primeiro?

M.P. – Não. A mesma coisa.

R.Q. – Mais ou menos nessa mesma época em que a senhora termina o doutorado, a senhora passa a atuar como assessora, como a gente já comentou aqui, do Michel Temer, que era procurador-geral do estado, pouco tempo depois a senhora foi assessora do José Carlos Dias, secretário de Justiça. Essa passagem para cargos de muito prestígio dentro da Procuradoria, no entender da senhora, de alguma maneira foi impulsionada pelo seu desenvolvimento acadêmico, pelo mestrado e pelo doutorado? Isso, dentro da Procuradoria, gabaritava a senhora como uma procuradora especialmente qualificada? Ou as duas carreiras eram totalmente independentes?

M.P. – Eu acho que o fato de eu fazer carreira universitária ajudou muito a carreira na Procuradoria e vice-versa, não é? Porque eu acho que também a Procuradoria ajudou muito, porque a Procuradoria dava o conhecimento prático, dava a base, vamos dizer assim. Mas eu fiz uma carreira, na Procuradoria, muito rápida, em termos de promoção, assim, para os vários níveis, e é evidente que os títulos que eu fui adquirindo na universidade contribuíram, porque na hora que você se inscreve para uma promoção, esses títulos... livro publicado e o título de mestre e de doutor contam como títulos. Então eu fiz, realmente, uma carreira relâmpago na Procuradoria.
[riso]

R.Q. – Na procuradoria...E a senhora acha que, em grande parte, isso se deve à sua carreira acadêmica paralela?

M.P. – Acho que sem dúvida nenhuma.

M.S. – A procuradoria chefe da USP foi depois disso?

M.P. – Foi no finzinho da minha carreira. Eu fui para lá em 1992 ou 1991, não sei, e em 1994 eu aposentei. Foi praticamente o último posto meu. Porque depois eu voltei para a Procuradoria Administrativa, mas só para requerer a aposentadoria e já parei, não é?

R.Q. – A senhora passa a ministrar aulas em 1984, inicialmente como contratada e depois como efetiva. Como é que foi, para a senhora, assumir essa nova função, considerando que a senhora já falou tantas vezes que era uma pessoa muito tímida? Como é que foi o início da...?

M.P. – Olha, antes de eu começar a dar aula na faculdade, eu comecei dando aula em cursinho preparatório, e eu acho que eu sempre me saí bem como professora, porque eu sempre tive muita... Talvez o fato de eu ser muito sintética, muito objetiva. E eu sempre tive muita didática, eu preparava muito as aulas. Eu sempre fui muito bem recebida pelos alunos como professora.

R.Q. – Onde...qual foi o primeiro cursinho onde a senhora deu aula?

M.P. – Eu dei aula num cursinho um tempo muito curto, uns três meses, num cursinho que eu nem me lembro o nome, mas o primeiro, assim, que eu fiquei bastante tempo foi o Êxito, que era ali na Senador Feijó e que era formado por um grupo de professores que eram do Damásio e depois, por alguma razão lá, separaram do Damásio e abriram o Êxito, não é? Que era o Pierangeli, professor também da faculdade; o Sanseverino; o Carlos Frederico⁴¹, que também era da... Eram todos do Ministério Público, não é?

R.Q. – E era um curso preparatório para carreiras públicas?

M.P. – Para a magistratura, o Ministério Público...

R.Q. – Quanto tempo a senhora atuou nesse curso?

⁴¹ Nomes sujeitos à conferência.

M.P. – Acho que eu fiquei sete anos lá no Êxito. E fui saindo porque eu cansei, eu enjoiei. Porque você dá a mesma aula para várias turmas, você fica repetindo e aquilo cansa um pouco, não é?

R.Q. – A senhora julga que essa passagem da senhora por esse curso preparatório de alguma maneira contribuiu para o seu desenvolvimento como professora e como jurista, em alguma medida? Ou não, foi algo muito pontual?

M.P. – Eu acho que contribuiu muito. Porque, para dar as aulas, eu tinha que preparar. Eu preparava... *Jamais* fui dar uma aula lá sem preparar. E aquilo, eu fui formando. Inclusive ajudou depois na redação do livro do direito administrativo, não é? [*Direito Administrativo*] Eu sei que os alunos gostavam muito das minhas aulas. Porque em cursinho assim, ou você agrada os alunos ou você...

R.Q. – Ou está fora.

M.P. – ...ou você está fora. E eles às vezes me perguntavam de onde que eu tirava material para preparar as aulas, que livro que eu estudava, e uma vez vieram uns falar: “Por que que a senhora não escreve um livro do jeito que a senhora fala?”, porque eles achavam que eu falava com muita clareza. Eu acho que, sem dúvida nenhuma, isso foi muito importante para ajudar a desembaraçar inclusive, a desinibir. Acho que foi.

M.S. – Eu queria saber se a senhora teve alunas aprovadas no Ministério Público.

M.P. – Ah, tive.

M.S. – Daí já a discriminação já não acontecia mais?

M.P. – Daí já estava *longe* da época da discriminação, não é?

R.Q. – Quando é que a senhora decidiu fazer a sua livre-docência? E como é que foi o processo de escolha do tema, a preparação?

M.P. – Porque depois que você entra na carreira, vem um título, outro título, aquilo vem quase que naturalmente, não é? E como eu sempre fui muito voltada para o estudo, para a pesquisa... E o professor Cretella, também, ele fica cobrando. Eu me lembro, uma vez, eu estava defendendo a tese, ele estava lá na banca e eu vi que ele estava escrevendo, escrevendo lá, fazendo anotações, e ele já estava pensando em temas para a minha tese subsequente. E ele cobrava, “vai fazer isso”. Ele foi um grande orientador, não é? Ele me emprestava livros, ele me recebia na casa dele, incentivava, ele lia a tese de ponta a ponta, fazia correções, inclusive de português, porque ele era professor de português e latim tudo, e ele cobrava, viu? A mãozinha dele sempre esteve presente aí. Embora na livre-docência você não tenha mais o orientador propriamente, mas ele fica cobrando, insistindo.

M.S. – E tem uma entrevista em que a senhora comenta também que, na Faculdade de Direito da USP, a livre-docência é como se fosse uma exigência para a titularidade. É isso?

M.P. – É. Se não tiver o título de livre-docência, você não pode prestar o concurso para titular.

R.Q. – Sua livre-docência foi em 1988, com uma tese sobre a aplicação de direito privado no direito administrativo. Por que este tema? Da onde surgiu, a senhora se recorda? Foi alguma...?

M.P. – Eu não me recordo exatamente, não é? Mas os meus... Por exemplo, a minha dissertação de mestrado já tinha relação com o direito privado, que era a servidão administrativa, e me lembro que quando eu fiz... Agora eu lembrei quem foi o quinto membro da banca de... Não, não foi a de doutorado. Foi o Rubens Limongi⁴² fez parte da banca no concurso de ingresso e ele, quando viu lá o meu currículo e o material, ele viu o livro *Servidão administrativa*, ele quis ficar com o livro, porque eu faço a comparação entre a servidão do direito privado e a servidão do direito administrativo. Depois, a matéria de uso de bens públicos também é matéria que você começa do Código Civil. Então, eu sempre tive assim... E, aliás, eu sempre digo para os meus alunos que quem não souber a parte geral do Código Civil não sabe nada, vai ter dificuldade em toda a vida, não é? E, no direito administrativo, nos deparamos a todo o momento com institutos do direito civil. Isso é... E inclusive, esse semestre, a minha disciplina na pós-graduação foi essa: instituto de direito privado no direito administrativo.

⁴² Rubens Limongi França. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

R.Q. – A senhora se recorda da banca de livre-docência, como foi e quem foram os membros?

M.P. – Bom, aí já tinha que ter professor de fora, não é? Então, foi o Cretella; o Dalmo Dallari; o Manoel Gonçalves; e de fora veio um professor do Paraná, que é o Fernando Andrade de Oliveira,⁴³ e um professor de Minas, que é o Paulo Neves de Carvalho⁴⁴.

R.Q. – E como foi a banca? Foi uma banca dura?

M.P. – Foi ótima, foi ótima

R.Q. – Receberam bem o trabalho?

M.P. – O Caio Tácito⁴⁵ estava na banca e um deles não estava. Acho que o Fernando Andrade de Oliveira veio para titular e quem estava na livre-docência foi o Caio Tácito, do Paraná. E eu me lembrei dele porque ele me deixou meio preocupada, porque, quando ele chegou para a arguição, ele tinha uma pilha de livros desse tamanho, assim, tudo com umas folhinhas assim que você percebia que estavam... com páginas lá demarcadas, e ele fez uma, realmente, uma arguição bem, bem difícil. Mas, olha, eu acho que eu me saí muito bem na livre-docência.

R.Q. – Quando que a senhora ingressa, como concursada, na carreira de professora na São Francisco?

M.P. – Eu acho que foi logo no começo. Eu não fiquei muito tempo como contratada. Eu acho que eu fui contratada e logo em seguida abriu o concurso e eu já fui efetivada.

R.Q. – A senhora se recorda do processo seletivo, com quem a senhora concorreu? Como é que foi?

⁴³ Fernando Andrade de Oliveira. Professor e doutrinador de direito administrativo.

⁴⁴ Professor Paulo Neves de Carvalho (1919 - 2004). Foi professor de Direito da UFMG, e ex-secretário de Estado da Administração de Minas Gerais.

⁴⁵ Caio Tácito. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Consultor Geral da República, Juiz do Tribunal Regional do Estado da Guanabara, e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

M.P. – Para dizer a verdade, o primeiro concurso que eu fiz, eu acho que eu ainda não era contratada, eu não passei. Quer dizer, não passei. Eu passei, mas não peguei a classificação. Parece que eram quatro candidatos e eu peguei, eu acho, o quinto lugar. Porque eu, na hora da prova didática, eu não completei o tempo mínimo de aula, por poucos minutos. Faltaram uns dois ou três minutos, mas não completei. Então, abaixaram um pouco a minha nota. E na segunda vez é que eu consegui ser aprovada, mas daí eu não me lembro quem eram os outros concorrentes.

R.Q. – Entendi. O livro da livre-docência da senhora, que é *Do direito privado na administração pública*, foi publicado, foi seu terceiro livro.

M.P. – É. Mas daí já foi pela Editora Atlas.

R.Q. – Pela Atlas, que é onde hoje a senhora tem...

M.P. – Quem me apresentou à Editora Atlas foi o professor Mirabete⁴⁶, que também era um dos donos do curso Êxito e que tinha um... tem ainda um livro pela Editora Atlas, e ele que me apresentou lá. Eles publicaram a tese de livre-docência, mas já com vistas à publicação do *Direito administrativo*.

R.Q. – E como é que foi o recebimento deste terceiro livro, em termos de repercussão? A essa altura, a senhora já era professora da São Francisco, já tinha dois livros publicados...

M.P. – Olha as teses, eu não me lembro de nenhuma grande repercussão, assim, dizer que estourou. Porque tese, por melhor que seja, é difícil você dizer... Porque, comercialmente, é mais difícil de vender.

R.Q. – Academicamente, ainda que não comercialmente, mas academicamente...

M.P. – Eu acho que foi. Eu acho que todos foram bem recebidas... Academicamente, todas foram bem recebidas.

R.Q. – Por professores, por...?

⁴⁶ Julio Fabbrini Mirabete. Ex-Procurador de Justiça do Estado de São Paulo. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

M.P. – É. Inclusive, esse aí, embora seja bastante desatualizado – não atualizei a tese da livre-docência – ainda, essa semana, encontrei um colega que é professor na PUC que disse que estudou esse livro esse ano com os alunos de pós-graduação, não é? Então, é um livro que até hoje tem muita aceitação, apesar de estar desatualizado.

R.Q. – O livro da senhora que teve enorme aceitação foi o...

M.P. – Foi o *Direito administrativo*.

R.Q. – Foi o *Direito administrativo*, e que começou a ser escrito a partir das anotações do curso.

M.P. – Do curso, mas sabe que o concurso de livre-docência também... foi o que mais ajudou na elaboração desse livro. Eu já tinha as aulas preparadas, não é? E no concurso de livre-docência existe uma prova escrita que você recebe uma lista de dez pontos na véspera da prova, só que você tem que ir estudando antes. Então, o que eu fiz? Eu preparei todo o programa de direito administrativo. Preparei... Fiz... escrevi aqueles cadernos grandes – naquela época, não tinha computador –, aqueles cadernos grandes de espiral, eu enchi dois cadernos com os temas em direito administrativo, *todos*. E quando terminou o concurso, eu estava com o livro pronto. Foi só fazer umas adaptações lá e mandar para a editora.

R.Q. – Esse livro foi...

M.P. – Esse teve uma aceitação, eu diria que quase que imediata, pelo Brasil afora. [riso]

M.S. – Foi até um pedido dos alunos, não é?

M.P. – É, mas foram alunos de cursinho, que falavam para eu escrever.

R.Q. – Nessa época, eu não sou da área de direito administrativo, mas eu sei que aí já era publicado um outro livro de administrativo de muito sucesso, que era do Hely Lopes Meirelles, que até hoje é atualizado...

M.P. – O dele, a primeira edição é da década de 60. Então, quando saiu o meu, o dele...

R.Q. – O dele já era um clássico.

M.P. – ...o dele já tinham *várias* edições.

R.Q. – A que a senhora atribuiu o sucesso do seu livro, numa área em que já havia uma obra tão clássica e ainda, na época como hoje, atualizada? Por que que a senhora julga que o seu livro foi tão bem recebido?

M.P. – Eu acho que o que *mais* agrada no meu livro é a clareza, porque, para aluno de graduação, é muito fácil a leitura, e também o fato de que, como eu fui procuradora do Estado, eu tenho, eu conto muito caso concreto. Eu conheço a prática do direito administrativo; não é só a teoria. Então, esse é um comentário que eu sempre ouvi, não é? E uma coisa que se falava no começo... Hoje já não se fala mais porque hoje está cheio de livro de direito administrativo, mas naquela época havia o Hely Lopes Meirelles, havia o Celso Antônio, havia o Cretella, e eles diziam que o meu livro era três em um, porque eu citava muito o pensamento dos outros autores: “Hely Lopes Meirelles pensa assim; Celso Antônio pensa assim”. Então, a pessoa lia o meu livro e já sabia o pensamento dos três principais autores. Isso eu acho que também ajudou bastante.

M.S. – Em outras entrevistas, você também comenta que sempre se permitiu ter muita liberdade e autonomia de pensar por si própria, na faculdade e acho que em todos os momentos.

M.P. – Bom, isso eu sempre tive mesmo, não é? Eu nunca fiquei muito presa ao pensamento de ninguém. Talvez pelo fato, exatamente, de eu ser procuradora. Na função essencial de dar parecer, você tem que ser independente. Porque, no parecer, você tem que dizer aquilo que você pensa e não pode estar vinculado a ninguém.

R.Q. – Pouco tempo depois, a senhora prestou o seu concurso para professora titular, em 1991, com a tese...

M.P. – *Discrecionabilidade...*

R.Q. – *Discricionariedade administrativa na Constituição de 88*. Como a senhora se recorda do concurso, da apresentação do trabalho? Enfim, era um concurso extenso e difícil. Como é que foi?

M.P. – Bom, foi um concurso que teve quatro candidatos, não é? Que era a professora Odete Medauar; o Eduardo Gualazzi⁴⁷; o Edmir Netto de Araújo⁴⁸; e eu. E eu fiz o concurso achando que eu teria pouca chance – porque a professora Odete era mais antiga, eu achava que ela teria melhor resultado, teria...seria a preferida –, mas fiz assim com todo o empenho. Eu não me deixei levar pela ideia de que “não, não tenho chance”. Eu fiz acreditando que eu teria alguma chance de concorrer. E acho que fui bem. A tese teve muita aceitação e acho que... Até hoje ela é citada. Já saiu agora a terceira edição, não é? Então, acho que me saí bem.

R.Q. – A senhora também teve uma passagem na Assessoria Jurídica do Governo do Quêrcia, entre 87 e 91. Como é que a senhora recorda da sua passagem pelo governo? No que consistia o trabalho de assessoria?

M.P. – Lá era só parecer. A Assessoria Jurídica do Governo, você só responde a consultas. Algumas matérias obrigatoriamente têm que passar pela Assessoria Jurídica do Governo. Quando é coisa que é para a decisão do governador, necessariamente a Assessoria tem que se manifestar. Então, você dá o parecer e prepara o despacho para o governador ou para o secretário da Casa Civil. Mas é parecer.

R.Q. – De quem partiu o convite para que a senhora integrasse essa equipe?

M.P. – Eu acho que foi do Feres Sabino, que foi procurador-geral do estado e depois foi ser assessor chefe lá da AJG.

M.S. – Nas pesquisas, também a gente viu que a senhora procurou incluir temas atuais na pós-graduação. Até teve uma matéria de regulação e legalidade que ultrapassou o número de alunos. Isso foi uma coisa marcante na sua atuação como professora?

⁴⁷ Eduardo Lobo Botelho Gualazzi. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Advogado e Procurador do Estado de São Paulo. Ex-Diplomata do Brasil.

⁴⁸ Edmir Netto de Araújo. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

M.P. – Foi. Porque, de uns anos para cá, têm surgido muitos temas novos em direito administrativo, não é? Então, eu me lembro que, quando se começou a falar em privatização e que eu dei uma disciplina, veio gente até como ouvinte, colegas da Procuradoria fazer como ouvintes porque o tema era novo, não é? E quando eu dei esse tema aí de legalidade e regulação, realmente, eram 40 e poucos alunos na classe, quando o limite é 30. Mas eles se inscreveram e daí a Secretaria de Pós-Graduação falou: “Agora a senhora seleciona”. Eu falei: “Eu não vou selecionar. Eu não vou chegar na classe e dizer você, você, você estão fora”. Acabaram ficando todos, não é? E daí, dessa disciplina resultou um livro, com trabalhos de alunos, *Legalidade e regulação*, que foi publicado pela Editora Fórum.

R.Q. – Professora, aqui a gente, na sua trajetória, está no início da década de 90. A essa altura, a senhora já tinha quatro ou cinco livros publicados, já era professora titular da São Francisco, já tinha uma carreira de *muito* sucesso na Procuradoria, já tinha um livro de muita aceitação... além dos livros de aceitação acadêmica, já tinha um livro de muita aceitação comercial, que foi seu livro de *Direito administrativo*. Em que momento da carreira da senhora a senhora entende que superou o status de ser uma pessoa esforçada, capaz, inteligente e dedicada e passou a ser uma grande jurista do direito administrativo, como hoje a senhora é considerada? O que a senhora acha que foi determinante para que a senhora virasse...?

M.P. – Bom, eu acho que o livro, esse *Direito administrativo*, teve um papel *muito* grande, não é? E o concurso, o próprio fato de o concurso de titular, que teve muita repercussão, porque houve recurso, saiu notícia em jornal. Eu me lembro que uma vez telefonaram da OAB do Amapá convidando para eu ir lá fazer uma palestra, porque queriam saber “quem é essa professora que está gerando tanta controvérsia aí?”. E teve muita repercussão o concurso em si, também: o fato de eu ser titular. Eu fiquei na vaga que era do professor Cretella, e isso eu acho que, evidentemente, foi também uma coisa fundamental. Mas eu comecei a receber muito convite para fazer palestra em vários estados. E eu acho que um pouco por conta do livro, outro pouco pelo fato de eu ser professora titular, o fato é...

R.Q. – Porque foi mais ou menos concomitante, a publicação do livro e...

M.P. – Foi, é. E isso começou, eu ainda era procuradora. Eu me lembro que a maior parte... que quando começou a aumentar o número, assim, de convites, eu estava lá na Consultoria Jurídica

da USP e eu até ficava meio preocupada de estar toda hora viajando para lá e para cá, mas o reitor achava que isso é importante para a universidade.

R.Q. – Quem era o reitor na época, a senhora se lembra?

M.P. – Naquela época, era o professor Lobo⁴⁹, que era da engenharia de São Carlos, se não me engano, e ele sempre achou que o professor ir falar fora, ele está levando o nome da USP, não é? Ele nunca se importou. E eu comecei naquela época e veio num crescendo, não é? A quantidade de convites para fazer palestras é muito grande, muito grande mesmo.

R.Q. – Como foi, para a senhora... Isso estava no nosso roteiro também. O concurso de titular da senhora rendeu muita discussão, porque, enfim, houve recurso, como a senhora mesma disse. Como a senhora recebeu isso? Como é que foi, para a senhora, encarar toda essa... a litigiosidade que surgiu em decorrência do concurso?

M.P. – Foi difícil. Eu diria que foi a época mais difícil da minha vida. Foi *muito* difícil, não é? Primeiro porque eu jamais pensei que fosse haver um recurso. Eu nem sabia que na faculdade era comum tanto recurso. Hoje eu já sei que é difícil um concurso em que alguém não recorra. E depois, o fato de começar a sair notícia em jornal, dizer que eu fui aprovada por causa do corporativismo. E a congregação demorou, porque a professora Odete entrou com o recurso e a congregação tinha que decidir, e passou por *cinco* reuniões da congregação sem que eles tomassem uma decisão. E, ainda, no meio houve as férias de fim de ano. Então, eu me lembro, o concurso foi em agosto, a decisão saiu... não sei se foi em abril ou maio do ano seguinte, decidindo *não* homologar o concurso. E daí eu é que recorri para o Conselho Universitário. E toda, é tudo uma expectativa. No Conselho também demora, porque não é reunião toda hora, eles têm período certo para fazer reunião, não é? E foram situações, assim, bem desgastantes, porque o diretor da faculdade era o professor Junqueira⁵⁰ e, como diretor, ele era membro do Conselho Universitário, e o professor Fábio Nusdeo⁵¹ era representante da congregação no Conselho Universitário, e os dois iam participar da decisão do Conselho no dia em que meu recurso ia ser apreciado, e os dois quiseram se justificar: o professor Junqueira mandou um cartãozinho, que até hoje eu tenho

⁴⁹ Nome sujeito à conferência.

⁵⁰ Antonio Junqueira de Azevedo (1939 - 2009). Foi professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁵¹ Fábio Nusdeo. Economista, advogado, escritor e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

guardado, dizendo que ele não podia votar a meu favor porque ele era diretor e a congregação, ele tinha que votar de acordo com a congregação e o professor Fábio Nusdeo foi falar comigo... Porque, nessa época, eu já estava na Consultoria da USP. No dia do Conselho, ele foi um pouco antes, foi lá conversar comigo e disse que ele foi lá por exigência dos *filhos* dele, para ele dar uma satisfação.

R.Q. – Porque os filhos tinham sido...

M.P. – Um dos filhos tinha sido procurador do estado – aliás, ainda é –, foi até procurador-geral do estado, que é o Marcos Nusdeo⁵², e a filha dele foi minha orientanda no mestrado –procuradora do estado, também. Então, eles praticamente exigiram que ele fosse lá dar uma satisfação, e a explicação dele foi essa, que, como representante da congregação, ele não tinha outro jeito senão votar contra. E os dois votaram realmente contra.

R.Q. – Vinculava...E qual foi o desdobramento do recurso...?

M.P. – Daí, lá no Conselho, a decisão foi a meu favor, assim, por uma larga margem de votos, e daí a professora Odete entrou com um mandado de segurança. Mas, como eu trabalhava lá na Consultoria da USP, a nomeação saiu muito rápida, porque eles já imaginaram que fosse haver uma ação, então eles fizeram. Então, quando ela entrou com o mandado de segurança pedindo que fosse suspensa a minha posse, não é? Eu já tinha tomado posse. Daí ela perdeu na primeira instância e entrou com o recurso e, mas o recurso não chegou a ser decidido porque daí criaram outro cargo lá no departamento e ela prestou o concurso e desistiu do mandado de segurança. Mas se você for imaginar que isso demorou uns dois anos, entre o término do concurso e o término da pendência aí, é um período... Foi muito difícil.

M.S. – E o trabalho na Procuradoria da USP também era muito intenso, não é?

M.P. – É muito grande o volume de trabalho, lá na Consultoria. Porque embora fosse chamada... Hoje, não se chama mais Consultoria; chama-se Procuradoria-Geral, não é? Mas naquela época chamava Consultoria, mas eles tinham a parte contenciosa, em todos os assuntos, de direito do trabalho, de ações de indenização, responsabilidade da USP, e tinham a parte de herança vacante,

⁵² Marcos Nusdeo. Foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo.

que os bens passavam para o patrimônio da USP. Então, era um volume assim... Eu diria assim que, de todos os órgãos que eu trabalhei, o maior volume de trabalho foi lá na USP. Mas deu uma experiência muito boa.

R.Q. – Professora, depois dessa sua fase de Procuradoria da USP... a senhora comentou que, mesmo durante essa fase, a senhora passou a ter um amplo reconhecimento nacional e ser muito demandada para palestras e coisas do gênero. É como é que a senhora avalia que mudou a sua carreira, em termos... em termos profissionais, quero dizer, naquilo que a senhora faz, no tipo de atuação para a qual a senhora é demandada, em relação àquilo que acontecia antes?

M.P. – Olha, eu... Bom eu no começo eu ficava meio surpresa de me convidarem tanto, porque eu acho, eu sempre achei que eu não sou uma grande oradora. Eu não sou oradora. E eu ia aos congressos e via lá aquele pessoal que chega lá, verdadeiros oradores mesmo [riso], aquela facilidade para falar, e eu ficava meio assim. Eu falei: “Puxa vida! Eu não sou uma oradora assim tão grande”. Às vezes, eu falava: “Eu não sou oradora; eu sou professora”. Mas depois, quando eu vi que os convites continuavam – às vezes, o mesmo órgão convidava outras vezes –, eu falei: “Bom, alguma coisa deve agradar”. E isso vai dando uma certa... autoconfiança, não é? Você vai ficando... E quando é congresso que tem muito aluno, a recepção deles é uma coisa... chega a ser até emocionante. Eles fazem até fila para tirar fotografia, para pedir autógrafa, querem conversar, [riso] querem fazer pergunta. Então, você percebe que realmente o seu trabalho é reconhecido, de alguma maneira. Porque, para o aluno... Os nossos alunos aqui talvez não deem tanto valor, mas para um aluno de outras faculdades, de outros estados, que estão acostumados a ver o seu livro e, de repente, têm a pessoa ali, o autor na frente, para eles, isso é um... Eles querem registrar, de alguma maneira, não é? Então, é *muito* gratificante, esse reconhecimento.

R.Q. – A senhora atuou muito, a partir desse momento, também como parecerista para fora do governo?

M.P. – Enquanto procuradora, não, porque eu tinha esse impedimento.

R.Q. – Depois de aposentada, a senhora pôde.

M.P. – Mas depois, passei a fazer essa atividade de consultoria.

R.Q. – No entender da senhora, existe diferença entre a consultoria que se faz para atores privados e a consultoria que se faz para o poder público?

M.P. – Não, para mim, não. Porque eu sempre achei, embora... Alguns pareceristas acham que, no parecer, você pode atuar como advogado de parte, não é? E eu acho que não. Na minha maneira de ver, o parecerista tem que ser imparcial. Eu sempre agi assim na Procuradoria e jamais sofri pressão de nenhum tipo, nunca... nem isso, não é hábito, na Procuradoria, esse tipo de pressão, pelo menos não era na minha época, a pressão política para pedir parecer desse ou daquele jeito. E, como procuradora também autônoma, eu também só aceito dar parecer se eu estiver convencida do assunto. Se não, não dou parecer. Eu acho que eu sou... Eu procuro ser imparcial, e acho que tenho conseguido. Porque eu acho que, se você não fizer assim, você perde a credibilidade, daí, quando vem alguém ver o seu parecer, vai falar: “Bom, ela está ganhando para dar o parecer, então, ela diz qualquer coisa”. E eu acho que eu consegui conquistar um respeito também nesse sentido.

R.Q. – É comum rejeitar pedidos de parecer por discordância da tese...?

M.P. – Eu rejeito muito parecer. Eu examino e, quando eles me trazem o material, eu peço um tempo para examinar, daí é que eu digo se eu dou o parecer ou não.

R.Q. – A senhora, dentro da Universidade de São Paulo, passou por chefia de departamento, passou por Comissão de Pós-Graduação, congregação, evidentemente. Como é que a senhora avalia as mudanças pelas quais a universidade passou, nesse tempo que a senhora está lá? Não tanto desde a sua época de aluna, mas... Talvez, desde a sua época de aluna, mas, principalmente, desde o tempo em que a senhora atuou como professora lá, desde o início da década de 80. Em termos de ensino, em termos de pesquisa, em termos de composição do corpo docente, de composição do corpo discente, qual o balanço que a senhora faz?

M.P. – Olha, alguma coisa que mudaram aí mais recentemente, eu não sou muito a favor, não é? Talvez eu seja um pouco conservadora. Por exemplo – já faz um bom tempo; quando eu comecei a dar aula, já estava assim –, essa divisão de áreas no quinto ano, eu sou contra. Eu acho que não ajuda em nada. O aluno às vezes vai lá, escolhe uma área porque ele tem que escolher, mas que não tem nada a ver especificamente com aquilo que ele quer fazer. E acho que isto sobrecarregou os outros períodos, porque antes você tinha todas as matérias divididas em cinco anos, e aí você

teve que comprimir tudo para quatro anos, e acho que essa divisão aí não ajudou em nada. E mais recentemente houve uma mudança, aí já na época do professor Grandino⁵³, uma mudança de curriculum para aumentar o número de disciplinas optativas e diminuir as disciplinas obrigatórias, que eu também acho que não foi uma grande medida. Obrigaram inclusive a redução do número de aulas de praticamente todas as disciplinas. Eu consegui que em direito administrativo não diminuíssem uma hora-aula. Porque nós já temos três horas-aula só por semana, se fosse duas... e já é corrido, não dá para dar seminário. Se você quiser dar toda a matéria, você tem que dispensar seminário. Agora, se fosse diminuir uma hora-aula, não ia dar para dar o programa.

R.Q. – E pesquisa – pós-graduação, mas pesquisa em direito em geral –, como é que a senhora avalia a pesquisa em direito no Brasil? Da época que a senhora começou a pesquisar para hoje, o que mudou, se mudou?

M.P. – Hoje, acho que é muito mais facilidade, evidentemente, não é? O acesso à internet, e esse intercâmbio, aluno que vai estudar fora e palestrantes que vêm de fora, que já virou... Principalmente os portugueses. É difícil um congresso agora que não tenha algum professor português. E muita quantidade de aluno que vai fazer curso lá fora – às vezes, um pós-doutorado, ou vai fazer mestrado. A quantidade, hoje, é muito grande, não é? Acho que com isso melhora a pesquisa. Sem falar do acesso à internet. Na minha época, você tinha que baixar livro, mesmo. Ou gastar dinheiro com livro ou baixar livro na biblioteca. Era a maneira que você tinha de fazer pesquisa. Hoje é uma facilidade que os alunos têm que é impressionante, não é?

R.Q. – Pensando em termos de métodos de pesquisa ou de temas de pesquisa que usualmente são tratados, a senhora entende que o desenvolvimento da pesquisa no Brasil, hoje, na sua área, que é o direito administrativo, dá conta de enfrentar os problemas que são os problemas mais complexos e relevantes do direito administrativo? Ou a senhora acha que alguma coisa mais substantiva precisaria mudar? Enfim, como é que a senhora...?

M.P. – Eu, pessoalmente, acho que a pesquisa vai bem. Eu apenas acho... Uma coisa que eu critico é que justamente essa facilidade de acesso aí à doutrina estrangeira às vezes desvirtua um pouco os nossos institutos, não é? Que nem a tendência...porque o pessoal vê e já quer fazer igual, e nem tudo se adapta aqui ao nosso direito. Acho que precisaria um pouco mais de equilíbrio, de

⁵³ João Grandino Rodas. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi também seu diretor.

ponderação, nessa pesquisa do direito estrangeiro. É uma restrição que eu faço. Mas que eu acho que os alunos, hoje, pesquisam... principalmente os de pós-graduação, eles pesquisam bastante, não é?

M.S. – E indo para uma outra publicação da senhora, *Parcerias na administração pública: concessão, permissão e franquia*, indo um pouco para 96, a senhora chegou a comentar numa entrevista que recebeu críticas por ter usado o termo parcerias, e depois...

M.P. – É. Esse foi outro livro que, comercialmente, também teve boa aceitação. Ele já está na nona edição. E ele começou... Realmente, o título foi criticado, inicialmente, e alguns ainda são meio contrários ao uso dessa expressão, por entenderem que parceria, no direito privado, dá ideia de lucro, não é? Você faz parceria para obter lucro. E eu usei, assim, no sentido mais amplo. Não necessariamente tem que haver lucro. Você pode fazer parceria para conseguir algum outro interesse público. Acabou ficando o termo. Depois surgiu a PPP [Parceria Público-Privada]. Mas a minha parceria saiu primeiro. [riso]

M.S. – Interessante.

R.Q. – A senhora teve atuação também como integrante de comissão de elaboração de lei, de projeto de lei. Isso fez parte da sua atuação...

M.P. – Isso, bom, primeiro que eu trabalhei na Assessoria Técnico-Legislativa, na parte do Executivo, não é? E ali a tarefa da gente é examinar projetos de lei. Mas, além disso, eu participei de grupos de trabalho para elaborar anteprojetos de lei. Por exemplo, a Lei Orgânica da Procuradoria, não a atual, a anterior, eu e essa colega, a Maria da Glória, elaboramos sozinhas a lei, e que foi aprovada quase que do jeito que nós fizemos, não é? Depois eu participei da elaboração do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, que foi feita no âmbito da Secretaria da Justiça; participei da Lei de Processo Administrativo Federal; esse...mais recentemente, eu fui designada, pelo anterior ministro do Planejamento, o Paulo Bernardo⁵⁴, que era ministro do Planejamento no governo Lula... Foi composta uma comissão de juristas para elaborar um anteprojeto de reforma administrativa. A ideia seria substituir o Decreto-Lei 200. E nós fizemos. Eram sete juristas, não é? Eu fui a presidente, e fizemos o projeto. Mas nós

⁵⁴ Paulo Bernardo Silva. Político. Ministro das Comunicações.

demoramos um pouco para entregar, porque foi um projeto muito grande, maior do que até seria a nossa incumbência, demoramos um pouco e já estava no fim do governo... Eu não sei se esse projeto vai ter andamento. É uma pena, porque um...foi trabalhado.

R.Q. – No que ele é distinto e no que ele muda o que hoje existe?

M.P. – Bom, porque o Decreto-Lei 200 é de 67, então, ele está... *Muita* coisa aconteceu depois de 67, não é? E uma das nossas preocupações foi definir um regime jurídico próprio para as empresas privadas, para as fundações de direito privado, também. Porque, hoje, todas as entidades de administração direta têm um regime muito parecido: é público ou é privado. Então, nós procuramos estabelecer uma diferenciação. E o que nós fizemos a mais, que não estava na portaria que designou a comissão, foi tratar das entidades paraestatais e do terceiro setor. Porque o terceiro setor... Nós não chamamos de terceiro setor; nós chamamos de entidades de colaboração. Mas, hoje, a parceria da administração com essas entidades é muito grande e nós achamos que precisava de algumas normas, para *tentar* moralizar, acertar as coisas direitinho, e fizemos isso. Eu diria que pode ter lá algumas falhas, o projeto precisaria ser discutido tudo, mas eu acho que saiu um bom projeto... anteprojeto, não é?

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2054_MARIA_DI_PIETRO_2012-11-26_02]

R.Q. – Professora, no ano de 2000, diversos veículos de imprensa noticiaram que a senhora foi cotada para uma nomeação ao STF, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, para a vaga que se abriu pela aposentadoria do ministro Gallotti. A senhora foi abordada nesse sentido?

M.P. – Olha, na realidade, eu não sei *quem* indicou meu nome, quem pensou no meu nome. Eu tenho uma vaga ideia de que teria sido o professor Bandeira de Mello⁵⁵, mas não posso ter certeza, e eu fiquei sabendo que meu nome estava sendo cogitado por um telefonema do jornal *Gazeta Mercantil*, eu não tinha a mínima ideia dessa sugestão, não é? E daí eles perguntaram, com aquela conversa: “A senhora aceita? Não aceita? A senhora aceitaria?”. Eu falei: “Eu não sei, porque ninguém me convidou oficialmente. Não vou nem responder”. Serviu para eu receber vários telefonemas cumprimentando [risos]. O simples fato de você ser cogitado já é honroso, não é? Mas, oficialmente, nunca houve nada. Eu me lembro que uma vez eu recebi um telefonema de

⁵⁵ Celso Antônio Bandeira de Mello. Advogado, escritor e professor universitário brasileiro.

um colega da Procuradoria perguntando se eu gostaria que o Michel Temer trabalhasse para que eu fosse... Porque é uma... Você tem que fazer um trabalho político, não há dúvida. Daí eu falei que não, que eu não gostaria. E depois eu falei uma vez para o professor Celso Antônio e a Weida Zancaner⁵⁶, os dois estavam juntos, que eu não gostaria de ser indicada, que eu não gostaria de ir para o Supremo.

R.Q. – Por que razão?

M.P. – Porque eu achei que eu já estava muito no fim da carreira, que começar uma carreira nova seria muito difícil, a essas alturas da vida; achei que o volume de trabalho... Quer dizer, na realidade, o fato de você ser cogitada para ir para o Supremo te dá a ideia, assim, de poder. As pessoas vão atraídas pela ideia de poder. Mas eu fui um pouco pelo aspecto prático: eu achei que isso ia ser uma revolução na minha vida, que eu teria que largar aqui a faculdade, que eu não ia mais poder escrever muito, que eu teria, enfim, teria que mudar para Brasília... Eu comecei a pensar várias coisas e cheguei à conclusão de que realmente eu não gostaria de ir para o Supremo.

R.Q. – Professora, como é que a senhora enxerga... O direito administrativo talvez tenha sido uma das áreas que mais sofreu impactos das muitas mudanças, eu diria assim, de modelo de Estado pelas quais o Brasil passou nos últimos 20 anos, não é? O processo de agencificação, como se diz, privatizações, uma administração pública que precisa ser cada vez mais dinâmica, uma atuação sempre muito forte do Estado na economia, inclusive como um empresário. Como é que a senhora enxerga essas mudanças pelas quais o direito administrativo passou e passa? Como é que a senhora vê o direito administrativo hoje e as perspectivas do direito administrativo?

M.P. – Bom, realmente, o direito administrativo passou por *muita* mudança, não é? Passou por mudança principalmente pelo acréscimo de temas. E quando se começou a falar de privatização, alguns diziam: “O direito administrativo vai acabar”. E aí chegou a ser um pouco preocupante, não é? Porque essa procura pelo direito privado... Inclusive há uma autora portuguesa... *A fuga para o direito privado; Réquiem para os contratos administrativos*. Então, dá a impressão que muita coisa do direito administrativo vai acabar. Eu diria que não acabou e que não vai acabar. Ele cresceu. Eu vejo pelo meu livro, que quase que dobrou de volume, e não é porque eu estiquei os mesmos temas, é porque eu fui tendo que acrescentar coisas novas, não é? E acho que alguma

⁵⁶ Weida Zancaner. Professora universitária e advogada. Foi procuradora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

coisa vem mudando para melhor. As mudanças continuam. Eu acho que nós estamos sofrendo muita influência do direito europeu e do direito norte-americano. Mas houve, na realidade, com a União Europeia, quase que um encontro do direito, do sistema da *common law* e do sistema de base romanística, e nós acabamos sofrendo muita influência disso tudo. Então, nós estamos importando coisas. Nem todas devíamos importar, mas, na realidade, nós estamos importando muita coisa.

R.Q. – O que a senhora acha que mudou para melhor?

M.P. – Bom, eu acho que uma das coisas que mudou para melhor é o *interesse* pelo direito administrativo. Que é uma coisa impressionante, hoje, como o direito administrativo é considerado realmente uma matéria importante. Basta você ver os congressos de direito administrativo. Acho que nenhuma outra disciplina tem tanto congresso, tanto evento como o direito administrativo. Hoje, nós temos mais autores, temos muitas obras de direito administrativo, temos grandes pesquisadores na área de direito administrativo. Não só aqui em São Paulo, mas no Paraná há jovens brilhantes que estão fazendo trabalhos excelentes em direito administrativo, e em Minas. Então, eu acho que o interesse pelo direito administrativo cresceu e o estudo cresceu, se aperfeiçoou. Eu acho que realmente houve melhora significativa.

R.Q. – O que a senhora acha que piorou, se alguma coisa piorou?

M.P. – Bom, eu não gosto muito de algumas tendências [riso] que surgem aí. Por exemplo, alguns querem acabar com o conceito de serviço público, acham que não pode mais haver serviço público; outros querem acabar com o regime dos contratos administrativos e todos os contratos serem de direito privado. Então, eu acho que há uma tentativa muito grande de aproximação da administração pública com a empresa privada. E, na realidade, eu acho que não dá para fazer esse tipo de aproximação. Eu sou *bem* contra esse tipo de pensamento, que é influência do direito europeu.

R.Q. – Professora ainda, agora, fazendo também uma análise mais abrangente da sua outra área de atuação, que é a área acadêmica. Hoje, muito mais do que na época em que a senhora começou, existe uma quantidade grande de pessoas que são acadêmicos em tempo integral, não é? Na Faculdade de Direito da USP existem, hoje, diversos professores que são professores de tempo integral, e não só de direito romano, mas de direito tributário, de direito penal, de direito civil, de

matérias aplicadas, portanto. E, enfim, em diversas outras faculdades, essa mesma tendência existe. Como é que a senhora enxerga um professor de tempo integral no direito, uma pessoa que seja... que não tenha uma paralela profissão prática?

M.P. – Eu acho que o professor que tem uma atividade paralela, que atua na advocacia, ou na advocacia pública, ou seja lá em que área for, ele leva vantagem, porque ele traz o... ele tem a vivência, ele traz os casos concretos, ele não fica só na teoria. Eu acho que para a área do direito – sem falar, evidentemente, de direito romano, essas coisas, essas partes, filosofia, sei lá - mas no geral – eu acho que a atuação fora, na área da advocacia, é importante, muito importante.

M.S. – Uma pergunta que eu anotei no começo da entrevista que me intrigou, e talvez encaminhando para o final, para a última pergunta, que o Rafael gosta muito, sobre a questão do jurista, embora a senhora faça uma análise de si mesma como uma pessoa tímida, apolítica, como a senhora mesma disse, a senhora representa uma mulher que quebrou paradigmas na sua época. Então, a senhora se dá um pouco de crédito sobre isso?

M.P. – Não. [risos]

M.S. – Não?

M.P. – Nenhum. Eu costumo dizer que eu sou um contrassenso comigo mesma, porque eu sempre fui muito tímida, sempre fui de pouquíssimo falar – eu era, assim, realmente, quase muda, não, é? –, e não sei como é que eu cheguei a ser professora conferencista, que fala aí para auditórios com seja lá quantas pessoas forem. Eu consegui vencer. Eu acho que eu venci a mim mesma. Foi uma vitória perante mim mesma. E foi a maior vitória que eu acho que eu tive. [risos]

M.S. – Sim.

R.Q. – Professora, por fim, para a gente concluir, a senhora é uma pessoa que, por muita gente, é tratada como uma grande jurista do direito administrativo. O que é, para a senhora, ser um jurista, ou uma jurista?

M.P. – Bom, eu acho que o... Uma das coisas que eu vou falar, acho que não vai agradar a muita gente, é que eu acho que é difícil você conciliar a função de jurista com a função de advogado,

de advogado de contencioso, advogado de parte, não é? Porque a pessoa que atua no contencioso ela tem que defender o cliente, seja para dizer o que for, e o jurista, eu acho que ele tem que ter um compromisso com a ciência, com o seu próprio pensamento, com a sua opinião. Então, é difícil você querer ao mesmo tempo defender o seu cliente com uma determinada tese e dizer alguma coisa contrária àquilo que você escreveu. E, para mim, o que é importante, assim, é ser respeitada como jurista, é ter credibilidade: as pessoas *podem* me pedir um parecer, *podem* pedir uma [inaudível] que eu vou dizer de acordo com a minha convicção. Eu acho que o reconhecimento de que... Porque, para você chegar a essa posição, você tem *muito* tempo de estudo. Eu sempre digo: você começa a estudar e, se você é professor, você não para de estudar nunca, porque você tem que... Cada tema novo que surge, você tem que estudar, para transmitir conhecimento. Então, eu acho que isto é o papel do jurista. Quando você escreve seus livros, você tem que escrever achando que isto vai ser útil. É assim que eu me sinto, não é? Eu procuro ser honesta comigo mesma, ser profissional respeitada. É isso.

R.Q. – Professora, muito obrigado por nos receber.

M.P. – Quanto tempo nós demoramos? Foi rápido.

R.Q. – Duas horas e...

M.P. – Duas horas e pouco.

R.Q. – ...e quinze.

M.S. – Obrigada.

R.Q. – Muito obrigado por nos receber.

[FINAL DO DEPOIMENTO]